

O MAL-ESTAR BRASILEIRO

Com inflação galopante, desigualdade em alta e pobreza elevada, cidadãos clamam por dias melhores, mas agenda de Bolsonaro é armadilha que mantém a situação do povo como está. A esperança é o plano de Lula e Alckmin, que prioriza as pessoas e o combate à fome

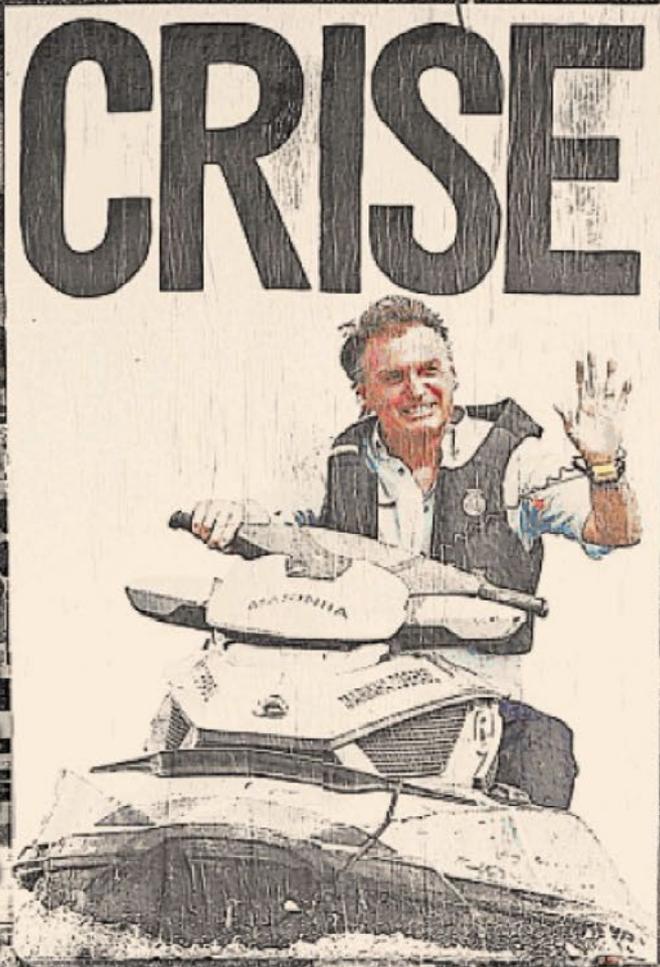


Foto: Reuters

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 4 de Julho de 2022 Nº 65

O novo escândalo do governo: assédio sexual na Caixa
Oposição quer CPI do MEC para apurar corrupção
No Equador, inflação em alta gera nova onda de protestos
Depoimento de assessora revela atuação de Trump
80 anos do ícone da MPB Gilberto Gil , por Bia Abramo



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

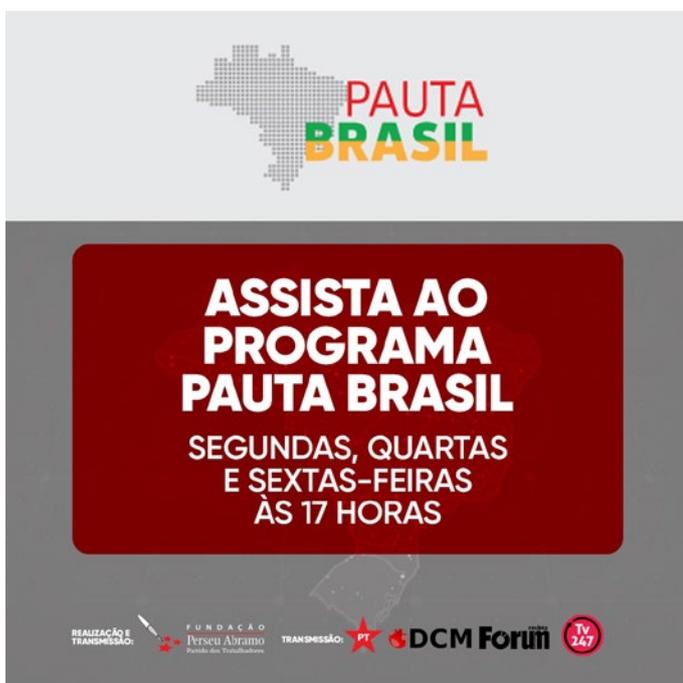
CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



NESTA EDIÇÃO

CRISE SOCIAL É AGRAVADA PELA AGENDA DO GOVERNO

A pobreza aumenta de maneira assustadora, graças à política econômica adotada por Bolsonaro, que amplia a fome, agrava a desigualdade e expõe ao mundo as mazelas sociais do governo. O remédio para a crise está na eleição da chapa presidencial Lula-Alckmin

Página 6

EDITORIAL. Plataforma assegura participação no programa de governo

Página 4

DESESPERO. Sem soluções para crise, governo entra na campanha dando dinheiro

Página 10

OPINIÃO. Reginaldo denuncia PEC eleitoreira enviada pelo Planalto

Página 11

ESCÂNDALO. Presidente da Caixa cai do cargo após denúncia de assédio sexual

Página 12

CORRUPÇÃO. Oposição consegue assinaturas para instalar a CPI do MEC

Página 13

PESQUISA. Polarização está consolidada, com Lula liderando disputa eleitoral

Página 14

GOVERNO. Proposta de Lula-Alckmin quer reativar participação em conselhos

Página 16

SEMINÁRIO. Marilena Chauí alerta que país precisa de uma sociedade democrática

Página 18

DEBATE. Desmonte da Petrobrás fere a soberania nacional e compromete país

Página 19

PETROBRÁS. Venda de refinarias ameaça o Brasil em momento de crise

Página 20

EQUADOR. Por pressão popular, Lasso cede e baixa preços de combustíveis

Página 21

TRUMP. Depoimento de ex-assessora expõe conduta criminosa do ex-presidente

Página 22

RÚSSIA. Sergei Lavrov critica a 'nova cortina de ferro' que divide o mundo

Página 23

FEMINISMO. A distopia que Brasil e EUA vivem e os direitos das mulheres

Página 24

LGBTQIA+. Janaína Oliveira: é chegada a hora de derrotar o bolsonarismo

Página 28

HISTÓRIA. A criação do Foro de São Paulo e a anistia de Lula a imigrantes

Páginas 30 e 31

MÚSICA. Os 80 anos da carreira artística do criativo e iluminado Gilberto Gil

Página 32

Reprodução





A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO BRASIL DA ESPERANÇA

Aloizio Mercadante

O lançamento das diretrizes do programa de governo da chapa Lula-Alckmin deflagrou um imenso processo de mobilização e de participação popular. No período de 10 dias a plataforma Juntos pelo Brasil recebeu 8,5 mil propostas e mais de 8 mil pessoas fizeram download do documento de diretrizes. Já é o maior processo participativo de construção coletiva de um programa de governo da história do país.

Cabe lembrar que, após a análise de mais de 200 emendas, as diretrizes programáticas foram con-

solidadas e aprovadas com amplo entendimento e convergência dos sete partidos que compõem a coligação: PT, PCdoB, PV, Rede, PSB, Solidariedade e PSOL. Como ponto de partida para um imenso diálogo nacional, o documento sofreu poucas críticas no nosso campo e apresentou as já esperadas divergências de fundo com os conservadores.

É importante registrar o êxito da plataforma, uma ferramenta inédita e inovadora, que tem dado conta de colocar em prática a construção participativa do nosso programa de governo. São mais de 850 propostas por dia que discutem os principais problemas do

país. Esses números dão a medida de como a criatividade, a sensibilidade e o engajamento do povo são fundamentais no nosso projeto de reconstrução do Brasil.

Essa experiência pode estimular um futuro governo Lula a criar mecanismos de consulta e de participação cidadã. Afinal, essa sempre foi uma marca fundamental dos nossos governos. Por isso, realizamos 74 conferências nacionais nas mais diversas áreas com o objetivo de formular políticas públicas. A experiência da plataforma Juntos pelo Brasil aponta que podemos avançar para além das conferências nas quais há exigência de delegados eleitos, amplifi-

cando os mecanismos de participação popular direta.

Também demos início à série Diálogos pelo Brasil. São seminários transmitidos pela própria plataforma do programa de governo. Especialistas e personalidades debatem diversos temas de interesse. Na última semana, por exemplo, tratamos da reconstrução da democracia com a filósofa Marilena Chauí. Também foram abordadas as questões de petróleo e gás, com a participação de José Sérgio Gabrielli, José Maria Rangel, Magda Chambriard e Rodrigo Leão, e questões sobre a Amazônia e a luta de seus povos, com Adriana Ramos, Edmilson Rodrigues, João Capiberibe e Mydjere Kayapó.

Estamos também avançando na construção de mesas de diálogo para discutir e aprofundar sugestões que temos recebido das entidades nacionais. Já foram encaminhadas cerca de 50 propostas de entes como o Campo Unitário, centrais sindicais, movimento das cooperativas, Acampamento Terra Livre e dos reitores das universidades e institutos federais e das comunitárias, para ficar em alguns exemplos.

Falamos de um método colaborativo e completamente diferente da visão autoritária, centralizadora e burocrática do atual governo que delegou a um "Posto Ipiranga" o papel de guru econômico e à meia dúzia de supostos iluminados a tarefa de formular propostas para o país, sem qualquer interlocução com o povo.

Um desgoverno que é uma completa tragédia social e econômica e que se expressa, agora, nessa PEC do estelionato eleitoral, totalmente improvisada, oportunista, inconstitucional, que viola todas as regras da disputa democrática, que deixa uma gigantesca bomba fiscal para o próximo

governo e que não enfrenta os problemas estruturais da carestia e da inflação que assolam o nosso povo.

Além disso, estabelecemos a coordenação itinerante que irá debater, em diversas regiões do país, presencialmente, propostas de relevância na atual conjuntura. Nesse processo de reuniões presenciais destaque o encontro com o Conselho Nacional Popular LGBT, que apresentou um documen-

DEFENDEMOS UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO JUSTO, SOLIDÁRIO, CRIATIVO, SOBERANO E SUSTENTÁVEL, DIFERENTE DA AGENDA NEOLIBERAL EM VIGOR

to com propostas. No centro das preocupações estão o combate a toda e qualquer forma de discriminação e a retomada da confidência nacional, ferramenta fundamental de interlocução qualificada com o governo e que não ocorre desde o Golpe de 2016.

Estivemos também na sede da Federação Única dos Petroleiros (FUP), no Rio de Janeiro, para ouvir os petroleiros sobre a situação da empresa, do setor e dos trabalhadores. Além da proposta de re-

construir a Petrobrás como empresa integrada de energia e avançar na transição energética e energias renováveis, os petroleiros falaram da necessidade de mudar a atual política de preços dos derivados, a começar pelo gás de cozinha, que representa apenas 5% do mercado da companhia e que sempre esteve controlado em nossos governos por ser um elemento de relevância no valor da cesta básica.

Alertaram ainda que a Petrobrás está em processo de aquisição de 15 grandes plataformas, todas importadas. Neste caso, sugeriram um estudo para mapear os estaleiros que sobreviveram à crise e que têm condições de entrega dessas plataformas. Outros pontos foram a necessidade da conclusão e da expansão das refinarias para garantir a soberania energética e a retomada da produção de fertilizantes nitrogenados para aumentar a competitividade e assegurar a soberania alimentar.

Esse grande movimento nacional de participação popular na construção do nosso programa de governo é fundamental para o projeto de país que acreditamos. É dessa forma que a militância poderá se apropriar das ideias e nos ajudar no aprimoramento das políticas públicas que irão recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento sustentado, da soberania e da justiça social.

Para isso, Lula é o grande elo condutor desse sentimento de esperança do povo brasileiro que se expressa também com muita intensidade na explosão de contribuições ao nosso programa de governo. É Lula que vai, pela terceira vez, subir a rampa do Palácio do Planalto, colocar a faixa presidencial no peito e entrar para a história, novamente, como o maior estadista e o maior líder popular da história deste país.



DESIGUALDADE EM ALTA Sob Bolsonaro, todos os indicadores sociais brasileiros pioraram. A miséria é tanta que, agora, em pelo menos 14 estados brasileiros, o número de pessoas em situação de pobreza supera 40% da população

RETRATO DE UMA NAÇÃO FERIDA

Sob o governo de Jair Bolsonaro, o Brasil vive uma tragédia social, com aumento da pobreza, da fome e da miséria. Isso é fruto de uma agenda ultraliberal que está destruindo o bem-estar social e ampliando as desigualdades. A solução está nas urnas. Em outubro, só Lula e Alckmin mostram o caminho para o país sair da crise: investimento social no povo para gerar emprego e renda

A crise social na qual o Brasil está mergulhado desde o Golpe de 2016, que levou à deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República por meio de um impeachment sem crime de responsabilidade, mantém o povo refém da agenda econômica tocada por Paulo Guedes no governo de Jair Bolsonaro.

O resultado é o aumento da pobreza, que já supera 40% da população em 14 estados brasileiros, a inflação fora de controle, que explica a falta de comida na mesa do povo, e o aumento da desigualdade e da fome. Falta emprego para o povo.

“Este país não nasceu para ser pequeno e esse país não nasceu para que o povo passe fome. Não tem explicação alguém em Piracicaba, ou alguém em minha Caeté, lá em Pernambuco, ou alguém na capital de São Paulo ir dormir com fome porque não tem o que comer”, afirma, indignado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele voltou a sinalizar o compromisso de acabar com a fome vez e fazer o Brasil voltar a crescer, a se desenvolver, a gerar emprego e oportunidades para as pessoas.

“O que nós queremos na verdade é provar que este país não precisa ter fome. Já fizemos isso uma vez. Não tem explicação econômica nem política do povo brasileiro ter fome, 33 milhões de pessoas passando fome e 105 milhões com algum problema de insegurança alimentar, sem conseguir as proteínas e calorias necessárias para sobrevivência”, disse, durante entrevista concedida à Rádio Educadora, de Piracicaba (SP), na quarta, 30.

O ex-presidente da República, que lidera o movimento Juntos pelo Brasil ao lado do ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), tem defendido que a situação

Ricardo Stuckert



SAÍDA DA CRISE Lula lembra outros tempos, no seu governo: “Queremos provar que este país não precisa ter fome. Já fizemos isso uma vez”

dramática atual pode ser revertida. E que a derrota de Jair Bolsonaro em outubro será a primeira medida para fazer o país se reencontrar com um modelo de desenvolvimento econômico com Justiça social. “O país está desmontado, as instituições estão desacreditadas, brigando entre si. Precisamos fazer o país voltar à normalidade”, defende Lula. “Este país precisa voltar a ter paz, voltar a ser humanista para que a

gente se trate bem e se respeite. E isso vai acontecer com muito investimento para gerar emprego e esperança. Estou convencido de que isso vai acontecer”.

O aumento da pobreza é um problema a ser enfrentado imediatamente, diante da situação de descalabro. Na última semana, um estudo da FGV Social mostrou que em 14 estados mais de 40% da população estão em situação de pobreza. Em quatro estados, o percentual ultrapassa a metade da população: Maranhão (57,90%), Amazonas (51,42%), Alagoas (50,36%) e Pernambuco (50,32%). Na média brasileira, a parcela é de 29,62%, ou quase um terço da população vive em situação de pobreza. Ao todo, eram 62,9 milhões de brasileiros em 2021 nesta situação, quase 10 milhões a mais que em 2019.

Por esta classificação, pobres são aqueles que vivem com menos de R\$ 497 per capita por mês ou U\$ 5,50 por dia. A linha de corte de R\$ 497 per capita mensal por mês é a mais alta para se classificar o contingente de pobres no país e segue os critérios internacionais de pobreza. Pelo Auxílio Brasil, por exemplo, só é considerado pobre quem vive com menos de R\$ 210 per capita por mês.

LULA: “NÃO TEM EXPLICAÇÃO ECONÔMICA NEM POLÍTICA, 33 MILHÕES PASSANDO FOME E 105 MILHÕES EM INSEGURANÇA ALIMENTAR”



AGENDA ULTRALIBERAL Desde o início do governo Bolsonaro, pelo menos 10 milhões de brasileiros (equivalente a toda a população de Portugal) caíram na pobreza, vivendo com R\$ 497 por mês. Os dados foram divulgados pela FGV Social

O estudo da FGV Social aponta ainda que 25 das 27 unidades da federação registraram aumento do percentual da população na pobreza entre 2019 e 2021. A pior evolução dos indicadores no período da pandemia foi observada em Pernambuco, com um aumento de 8,14 pontos percentuais: o percentual de pobres subiu de 42,18% em 2019 para 50,32% em 2021.

“O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 497 mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país. Este número representa 9,6 milhões a mais que 2019, quase um Portugal de novos pobres surgidos ao longo da pandemia”, alerta o economista Marcelo Neri, responsável na FGV Social pelo estudo produzido a partir de microdados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele foi ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos no governo Dilma Rousseff.

Essa tragédia social é que tem

levado Lula e Alckmin a destacarem que é prioridade cuidar do bem-estar da população no novo governo, a partir de janeiro de 2023. “Quero criar um estado de bem-estar social em que as pessoas trabalhem, as pessoas

morem, as pessoas comam, as pessoas vivam em paz”, defende o ex-presidente.

O ex-presidente declarou que está preocupado com o endividamento crescente das famílias brasileiras. “É preciso reduzir a política de juros, é preciso resolver o problema da dívida de 70 milhões de famílias brasileiras que estão endividadas nos cartões, algumas porque estão utilizando o cartão para comprar comida”, declarou. Ele considera que o endividamento da população e a inadimplência são consequências do contexto de desemprego, inflação alta e empobrecimento da população sob Bolsonaro, que retirou direitos dos trabalhadores e não criou políticas de valorização do salário mínimo e de geração de emprego.

Em 2003, quando Lula assumiu a Presidência da República pela primeira vez, assegurar que cada brasileiro pudesse tomar café da manhã, almoçar e jantar foi uma obsessão do governo federal. O poder de compra do

**MARCELO NÉRI:
“BRASIL TEM
62,9 MILHÕES DE
PESSOAS VIVENDO
COM ATÉ R\$ 497
MENSAIS. EM TRÊS
ANOS, MAIS
9,6 MILHÕES
FICARAM POBRES”**

salário mínimo aumentou continuamente durante todos os anos das gestões de Lula e Dilma. Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas.

No começo de junho, o país se assustou com a revelação do IBGE que apontou que o Brasil tem 33 milhões de pessoas passando o dia todo sem comer nada e que apenas quatro em cada 10 famílias brasileiras têm acesso pleno à alimentação. Bolsonaro trouxe de volta a fome e hoje um salário mínimo não compra sequer uma cesta básica em São Paulo.

Em 2006, durante o governo Lula, era possível comprar duas cestas básicas (R\$ 172,31) com um salário mínimo (R\$ 350). O mesmo acontecia no governo Dilma. Em 2014, a cesta valia R\$ 354,63 e o salário mínimo era R\$ 724. Em maio de 2022, em São Paulo, uma cesta básica custava R\$ 1.226,12, enquanto o salário mínimo é de R\$ 1.212 – são R\$ 14,12 a mais.

Ex-ministra de Desenvolvimento Social, a economista Tereza Campello diz que deixar a fome voltar foi uma opção do governo Bolsonaro. Em entrevista ao Jornal PT Brasil, ela acusou o atual presidente de adotar medidas que permitiram chegarmos ao caos que o Brasil vive hoje. “Nos governos Lula e Dilma, ano a ano, a insegurança alimentar caiu. Se olharmos o governo Bolsonaro, ano a ano a insegurança alimentar cresceu. E isso começou a acontecer antes da pandemia”, observou.

Entre as opções feitas pelo

Palácio do Planalto e que favoreceram a volta da fome, Tereza destaca o desmonte de políticas de segurança alimentar, como o apoio à agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos e o programa de cisternas.

“O governo tinha que viabilizar o acesso à alimentação, à renda e a produtos saudáveis”, defende. “Isso é tarefa do governo: fazer política de segurança alimentar e nutricional. Inclusive é um dispositivo da Constituição Federal, que diz que a população tem direito a alimentação adequada e saudável. Para garantir esse direito, tem que haver políticas públicas”.

Na quinta-feira, 30, a derrota do governo diante da inflação se tornou oficial. O Banco Central apontou que probabilidade de a inflação ultrapassar os limites do intervalo de tolerância da meta este ano subiu de 88% na estimativa de março para 100%. E sinalizou que a inflação deverá continuar em alta em 2023.

“A surpresa inflacionária no trimestre decorreu do comportamento dos preços livres, principalmente de alimentos. A inflação de serviços e de bens industriais se mantém alta, e os recentes choques continuam levando a um forte aumento nos componentes ligados a alimen-

tos e combustíveis”, aponta relatório do BC. Ou seja, não há muito o que fazer, se depender da autoridade monetária.

O cenário econômico ruim é agravado pela perspectiva de uma recessão, que parece inevitável no país. A avaliação não é de nenhum economista heterodoxo ou político de esquerda, mas de gente do mercado financeiro. Essa é a opinião, por exemplo, do economista-chefe do Citi, Ernesto Revilla, para quem a recessão é certa, ainda sem poder avaliar o impacto de quando quando vai ocorrer e qual será a intensidade da contração do PIB. Ele diz que Brasil e outros países da América Latina devem voltar a enfrentar um cenário de recessão entre o fim do ano e o começo de 2023.

A possibilidade de o governo Bolsonaro conseguir uma carta-branca do Congresso para largar a política fiscal e aumentar e criar novos benefícios sociais, como o vale-caminhoneiro de R\$ 1.000, o vale-gás de R\$ 120 e o Auxílio Brasil de R\$ 600 – com a chamada PEC do Desespero – só agrava a situação. Afinal, se aprovado o estado de emergência, que dá mais poderes ao Bolsonaro, o céu seria o limite para o Palácio do Planalto, que busca a reeleição a qualquer custo. Mas a desgraça já está feita. •

Sérgio Amaral



TEREZA DENUNCIA

“Nos governos Lula e Dilma, ano a ano, a insegurança alimentar caiu. Se olharmos o governo Bolsonaro, ano a ano a insegurança alimentar cresceu. E isso começou a acontecer antes da pandemia”

PT IMPEDE “CHEQUE EM BRANCO”

Senado aprova benefícios diretos para a população mais vulnerável e suscetível à miséria, diante do agravamento da crise ampliada pela política econômica do governo federal, insensível às dificuldades do povo desde 2019

O Senado aprovou na noite de quinta, 30, a Proposta de Emenda à Constituição que amplia o Auxílio-Brasil e o vale-gás e cria o vale-diesel e o vale-gasolina. As propostas já haviam sido apresentadas pela bancada do PT no Congresso há mais de um ano, mas até agora haviam sido rechaçadas pelo governo.

Agora, a três meses da eleição, as propostas foram adotadas para amenizar a crise social criada pelo governo Bolsonaro. Não é à toa que, nas redes sociais, o projeto vem sendo chamado de PEC do Desespero ou PEC do Golpe. O texto precisa agora ser aprovado pela Câmara dos Deputados.

Originalmente, a PEC visava combater os efeitos da alta dos combustíveis e da inflação. Em nenhum momento, porém, atacava a principal origem do problema: a política de preços da Petrobrás que dolariza as tarifas dos derivados de petróleo, como gasolina, diesel e gás de cozinha.

A proposta aprovada pelo Senado, que prevê R\$ 41,2 bilhões para bancar as medidas sociais, estabelece estado de emergência para permitir a criação e ampliação de programas sociais em período pré-eleitoral.

Graças às emendas do PT, negociadas pelos líderes da bancada, Paulo Rocha (PA), e da Minoria, Jean Paul Prates (PT-RN), e pelo senador Jaques Wagner

(PT-BA) junto ao relator Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), foi retirado do texto o dispositivo que daria um “cheque em branco” para que o estado de emergência fosse usado de forma indiscriminada pelo governo. Isso impedirá que o governo destine recursos em áreas de seu interesse durante as eleições, o que jogaria por terra o princípio da isonomia de condições durante a disputa eleitoral.

O PT garantiu também que as instituições financeiras escolhidas para operar os novos programas, como vale-diesel e vale-gasolina, sejam públicas, o que não estava claro no texto da PEC.

Na discussão da proposta, os senadores do PT e da oposição fizeram questão de mostrar o real interesse do governo e seus apoiadores. “Ninguém aqui está contra nada disso. Está todo mundo trabalhando num objetivo comum, que é o de aprovar esse benefício o quanto antes, mas também evitar - vamos jogar limpo aqui - o uso eleitoral disso. Essa é a ideia. O tempo todo negar que as pessoas precisam de ajuda, jogar na gaveta duas vezes [as propostas do PT] e agora, de repente, descobrir que precisa? Por que será?”, questionou Jean Paul Prates.

Ele alertou ainda que o governo, ao contrário do que fazia até agora, resolveu romper com o teto de gastos e a regra de ouro e da responsabilidade fiscal de uma só vez. Além disso, criticou o

texto da PEC que, logo no início, ao reconhecer o estado de emergência, afirma que o aumento dos combustíveis era “imprevisível”.

“Imprevisível para quem?”, reagiu Jean Paul. “Eu mesmo, 18 meses atrás, estava dizendo: o preço do petróleo internacional vai subir sistematicamente durante 20, 25 ou 30 meses, porque a economia mundial vai religar suas turbinas gradualmente. Essa curva era totalmente previsível. Então, usar estado de emergência para qualquer coisa e, principalmente, para cobrir incompetência de governo, é intolerável”, afirmou. O senador Paulo Paim (PT-RS) também considerou importantes as medidas de cunho social aprovadas, mas lembrou que há várias outras iniciativas que, como essas, já poderiam estar em vigor há muito tempo.

“Claro que voto sim, mas gostaria de votar também a renda básica de cidadania, um grande projeto de casas populares, a política de valorização do salário mínimo, o novo Estatuto do Trabalho, do qual sou relator, a taxaço de grandes fortunas, lucros e dividendos, o financiamento da agricultura familiar”, afirmou. Paim citou boa parte dos retrocessos impostos ao país após o Golpe de 2016 contra Dilma Rousseff e aqueles perpetrados pelo atual governo, que em três anos e meio, só voltar os olhos aos mais necessitados a menos de 100 dias das eleições. • **PT no Senado**

GOVERNO BOLSONARO E O DESESPERO DE PERDEDOR

Tentativa do governo de ganhar cheque em branco do Congresso com PEC eleitoreira mostra o descaramento do Planalto. Depois de quatro anos de massacre do povo, governo “acorda para crise”

Reginaldo Lopes

O desespero do governo Bolsonaro é tamanho, que na última semana, o governo apelou para uma medida eleitoreira e golpista, com o incremento de benefícios sociais, medida ilegal, por se tratar de ano eleitoral. O governo neofascista massacrou o povo brasileiro durante quase quatro anos, e aos ‘45 do segundo tempo’, tenta burlar a legislação com intuito de cometer crime eleitoral.

O governo genocida de Bolsonaro arrastou o Brasil de volta ao Mapa da Fome, com 33 milhões de brasileiros em situação famélica. Os indicadores econômicos retrocederam 10 anos, além com a destruição da renda e do poder de compra da classe trabalhadora.

Os bolsonaristas conseguiram destruir o Bolsa Família, um programa de transferência de renda reconhecido e premiado em uma centena de países. Em seu lugar, criaram um programa provisório – o Auxílio Brasil – que dura até dezembro, sem orçamento e sem critério para atender as famílias mais numerosas, que têm mais crianças. E, agora, o governo encaminha no Senado uma Emenda Constitucio-



nal que propõe o reconhecimento de Estado de Emergência.

A chamada PEC do Desespero prevê aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, valor que historicamente a bancada do PT sempre defendeu. O governo também pro-

põe aos caminhoneiros um auxílio de R\$ 1.000, que é insuficiente.

O Planalto quer enganar os trabalhadores do transporte, porque não mexe onde deveria para resolver o problema. Ou seja, no Preço de Paridade de Importação (PPI), que dolarizou o preço dos combustíveis. Por isso o diesel, a gasolina e botijão de gás estão nas alturas. E os motoristas de táxi, aplicativos e vans escolares? Foram abandonados ao mercado.

Sobre o vale-gás, projeto de autoria petista, a PEC aprovada no Senado, no dia 30, dobrou o valor do benefício, que bancará um botijão de gás a cada dois meses. Atualmente o valor equivale a meio botijão. No entanto, o projeto do PT aprovado previa que 24 milhões de famílias recebessem o vale, e não apenas 5,5 milhões, como as que atualmente recebem o benefício.

O impacto fiscal de todas as ações será de cerca de R\$ 41,2 bilhões. Este programa não é es-

truturado, não é federativo. É um arranjo, um improvisado. E têm prazo de validade: vale só até a eleição.

As ações do governo Bolsonaro tiram dos pobres para entregar aos super-ricos. A inflação real na área da alimentação, que impacta a vida do povo, é três vezes superior à inflação geral e já está em quase 28%, destruindo do poder de compra da população.

O Brasil precisa enfrentar essa crise, mas com um programa que seja consistente a fim de gerar empregos, realizar obras públicas, valorizar o salário mínimo, implantar programa social de transferência de renda. E não um programa provisório e eleitoreiro.

Precisamos abrir um diálogo com a sociedade, mas com propostas consistentes para a recuperação da economia, o que não conseguiremos adotando esses arranjos. E, menos ainda, decretando emergência depois de quase quatro anos de desgoverno. A única emergência é a eleitoral. O governo está derrotado.

Nosso papel no Parlamento é representar o povo, fiscalizar e propor soluções mais definitivas. O país precisa de soluções estruturantes, e não entrar na aventura eleitoreira e criminoso do governo Bolsonaro. •

* Economista, é deputado por Minas Gerais e líder do PT na Câmara dos Deputados.



ESCÂNDALO Queridinho de Bolsonaro, Pedro caiu por atacar funcionárias

UM PREDADOR NA CAIXA ECONÔMICA

CEO do maior banco estatal brasileiro cai em meio às denúncias de assédio sexual movidas por funcionárias da instituição. Pedro Guimarães é próximo da família Bolsonaro

Em meio à mais grave crise social brasileira no século 21, engolfado por novas denúncias de corrupção, o governo Bolsonaro conseguiu produzir um escândalo sexual. Na última quarta-feira, 28, o site Metrôpoles revelou que o economista Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal, dileto amigo e confidente do presidente da República e dos filhos, que sonhou em ser companheiro de chapa do ex-capitão nas eleições de outubro, é um predador sexual. E está fora do governo.

Na quinta-feira, Pedro entregou a carta de demissão, aceita pelo presidente. O CEO da Caixa está sendo investigado pelo Ministério Público Federal por denúncias de assédio sexual feitas por

funcionárias do banco. Ele nega as acusações. "É uma situação cruel, injusta, desigual e que será corrigida na hora certa com a força da verdade", disse na carta de demissão. Difícil acreditar. A exoneração foi publicada na quinta-feira no Diário Oficial da União.

Aos 51 anos, casado com Manuella Pinheiro Guimarães, filha do ex-diretor da OAS José Adelmário Pinheiro, o Léo Pinheiro, Pedro assumiu a presidência da Caixa Econômica Federal logo após a posse de Bolsonaro, em 2019. Desde então, tornou-se um dos integrantes do governo mais próximos do presidente e figurinha fácil nas lives semanais do líder da extrema-direita nas redes sociais.

Carioca, Pedro Maluco, como era conhecido no mercado financeiro antes de chegar a Brasília,

causou polêmica por aparecer em vídeos ordenando que empregados da Caixa fizessem flexões durante cerimônias públicas. Há um mês, tornou-se alvo de investigação do Ministério Público Federal por denúncias de assédio sexual dentro do banco.

O Metrôpoles revelou que, no fim do ano passado, um grupo de funcionárias decidiu romper o silêncio e denunciar as situações pelas quais passaram na instituição, com relatos devastadores sobre os ataques feitos por Pedro Guimarães. Todas trabalharam em equipes que servem ao gabinete do presidente da Caixa.

Elas denunciaram que Guimarães abusava e as constrangia de todas as formas, em investidas sexuais, com direito a toques íntimos não autorizados, abordagens inadequadas e convites heterodoxos, incompatíveis com o que deveria ser o normal na relação entre o presidente do maior banco público brasileiro e trabalhadoras.

Vários dos testemunhos estão relacionados a viagens realizadas por Pedro Guimarães como parte do programa Caixa Mais Brasil, criado para dar visibilidade ao banco pelo país afora. Desde janeiro de 2019, foram realizadas mais de 140 visitas a cidades de todas as regiões. Guimarães visitou agências, reunindo-se com autoridades municipais e estaduais, conhecendo in loco projetos sociais financiados pelo banco. As viagens aconteciam principalmente nos finais de semana.

Desde a queda de Pedro Maluco, o presidente Jair Bolsonaro não se pronunciou sobre as denúncias que levaram ao pedido de demissão. A presidência da Caixa Econômica Federal será ocupada por Daniella Marques, secretária Especial de Produtividade e Competitividade do ministério da Economia. Ela é tida como braço-direito do ministro Paulo Guedes. •



ESQUEMA Os senadores Randolfe Rodrigues e Jean Paul Prates coletaram 34 assinaturas para instalar a comissão

CPI PARA APURAR CORRUPÇÃO NO MEC

Bancada da oposição consegue 31 assinaturas, quatro acima do necessário, para instalar comissão no Senado e investigar esquemas de Milton Ribeiro e pastores

A oposição no Senado protocolou na terça-feira, 28, requerimento para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar suspeitas de corrupção no Ministério da Educação. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou que os senadores coletaram 31 assinaturas, quatro a mais do que o necessário para o funcionamento da CPI. O próximo passo será a leitura do requerimento no plenário do Senado, o que deve acontecer nesta semana, para que seja aprovado.

“É um requerimento robusto, mostrando que há um desejo, no Senado, de que esse esquema escandaloso que se instalou no Ministério da Educação, tenha uma séria investigação”, justificou. “As denúncias apontam que o então ministro Milton Ribeiro priorizava amigos de dois pastores a pedido do presidente Jair Bolsonaro, na

destinação de verbas públicas afetadas ao MEC”, aponta.

Segundo a denúncia da imprensa, em troca da prioridade e da liberação das verbas públicas para construção de escolas e creches, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura cobravam propina dos prefeitos, solicitando pagamentos em dinheiro, em bíblias e até em ouro.

Randolfe citou a investigação conduzida pela Polícia Federal. “É de conhecimento de todos, em áudio do próprio senhor Milton Ribeiro, que o presidente da República interferiu de forma clara para impedir que a investigação avançasse”, disse. “Um crime crime, conforme o Código Penal, de obstrução das investigações e uso de informações privilegiadas”.

Randolfe alertou que o delegado responsável pelo caso, Bruno Calandrini, corre risco de ser afastado das investigações e, por isso,

a necessidade da CPI se impõe. “Não há dúvida de que se instalou uma quadrilha no Ministério da Educação. Os indícios são fortes, de que o esquema dessa quadrilha chega até o Palácio do Planalto”, disse Randolfe, citando como exemplo de interferência o fato de que até o momento o celular de Ribeiro não foi entregue para ser periciado.

“Essa CPI não é eleitoral, não é antievangélico, ao contrário. Ela é antieleitoreira e pró-evangélicos”, anunciou o líder da Minoria, Jean Paul Prates (PT-RN). “Tanto na área da saúde quanto na educação, esse governo constituiu canais paralelos, gabinetes. Isso ficou claro na primeira CPI [da Covid], e agora, mais uma vez, os indícios são os mesmos”, observou. “São estelionatários que têm dentro do governo corruptos, e aliciadores do orçamento público. É isso que se quer investigar”. • Agência PT



A POLARIZAÇÃO ESTÁ DADA

Pesquisas reforçam o cenário eleitoral, com Lula liderando todas as pesquisas. Segundo o Datafolha, 70% dos eleitores já estão decididos sobre em quem vão votar para a Presidência

Matheus Tancredo Toledo

Neste artigo, trazemos as análises do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, a partir dos dados das pesquisas mais recentes divulgadas pelos institutos de opinião pública sobre o cenário político econômico brasileiro. Exploramos mais dados do levantamento do Datafolha, divul-

gado ainda em junho, além de resultados da pesquisa BTG/FSB divulgada na última semana.

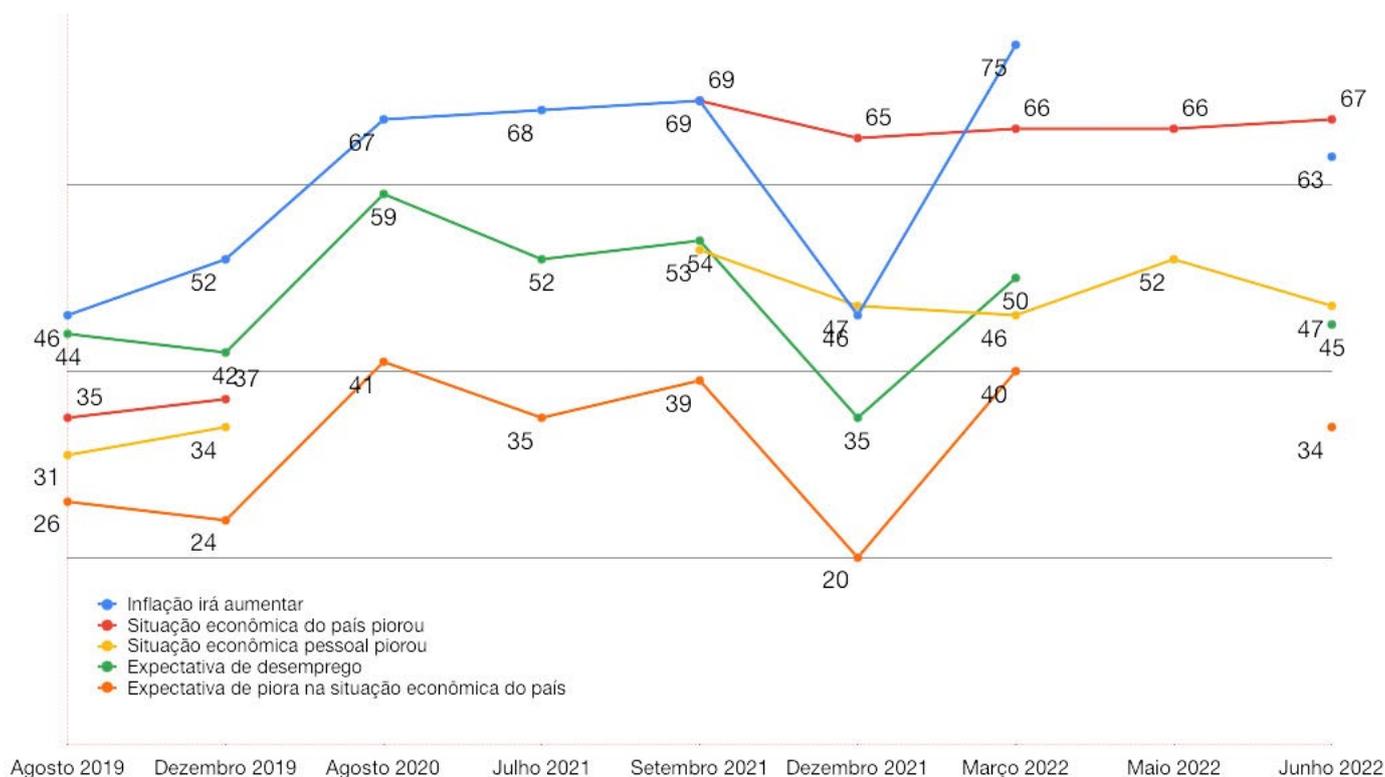
Ambos os levantamentos dão indícios de que a polarização segue consolidada para uma parcela significativa dos eleitores. Segundo o Datafolha, 70% dos eleitores já tem certeza de seus votos – número que é de 79% entre os eleitores do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de 78% para os eleitores do atual presidente, Jair Bolsonaro (PL). A maior parte dos eleitores do terceiro colocado nas pesquisas, o ex-mi-

nistro Ciro Gomes (PDT), pode mudar de opção: 66%.

O cenário é reforçado pela pesquisa da FSB. Segundo o levantamento feito pelo instituto para o banco BTG, 73% dos eleitores afirmam que a decisão do voto está tomada e não será mudada. O número chega a 81% entre os eleitores de Bolsonaro e 79% entre os eleitores de Lula. Mas, para quem vota em Simone Tebet (MDB) e Ciro, os índices são de 54% e 59%, respectivamente, para aqueles que ainda podem mudar de voto.

Percepções do brasileiro sobre a economia nacional

Dados coletados na pesquisa Datafolha



Segundo o levantamento da FSB, Lula lidera a corrida eleitoral com 43% das intenções de voto, contra 33% de Bolsonaro. Na sequência, Ciro (8%), Tebet (3%), André Janones do Avante (2%) e Pablo Marçal do PROS (1%). Em relação ao último levantamento, todas as variações foram dentro da margem de erro de 2 pontos percentuais.

Ambas as pesquisas exploraram a percepção dos brasileiros acerca da conjuntura econômica. Segundo o Datafolha, 67% dos eleitores consideraram que a economia nacional piorou nos últimos meses. No levantamento da FSB, são 63% os que consideram que a crise hoje se encontra em situação ruim ou muito ruim.

Segundo o Datafolha, 63% da população espera um aumento da inflação no próximo período, 45% esperam o mesmo em relação ao desemprego. A situação econômica pes-

soal dos entrevistados piorou para 47% e 37% relatam que o dinheiro que ganham não é suficiente, às vezes falta, e 26% relatam ganhar muito pouco, o que traz dificuldades.

Pior: 26% do total dos entrevistados têm acesso a uma quantidade de comida que consideram insuficiente. Entre os que têm renda familiar mensal menor que 2 salários mínimos, 38% afirmam ter quantidade de comida menor que o suficiente em suas casas. A incidência também é maior entre a população que se autodeclara preta (31%), quem reside no Nordeste (32%) e no Norte (30%), os desempregados que procuram emprego (42%), os que não procuram (39%) e donas de casa (38%).

Já a pesquisa BTG/FSB traz os seguintes resultados: 23% dos eleitores consideram que o principal problema do Brasil é a inflação, seguido do desempre-

go (19%), desigualdade social (16%), impostos (13%) e a miséria (11%).

São 97% os entrevistados que afirmam que os preços de produtos e serviços aumentaram nos últimos três meses. Há expectativa de continuidade no aumento da inflação para 65%. São 34% aqueles que esperam piora na economia brasileira em outubro, enquanto 28% acreditam que ficará como está e 35% esperam melhora.

Cruzando a avaliação da economia hoje e a expectativa para os próximos 3 meses, o instituto afirma que 50% dos brasileiros estão pessimistas tanto com o presente quanto com o futuro, enquanto 14% estão pessimistas hoje e otimistas amanhã. Somente 13% estão otimistas no presente e no futuro. •

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é e analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.



EM 2023, A VOLTA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Desde 2019, governo tentou destruir todos os colegiados da administração pública federal. Mas os que resistem demonstram a importância de sua atuação. Futuro governo Lula vai trazê-los à ativa

Isaías Dalle

Os conselhos e fóruns de participação social na administração pública federal devem retomar protagonismo, caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja eleito em outubro. Esse compromisso está exposto nas Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil, conjunto de medidas elaborado pela frente de sete partidos que apóiam a chapa Lula-Alckmin.

A importância prática desses espaços de participação política na vida da população pode ser constatada a partir do exemplo de alguns que permanecem ativos, mesmo após sofrerem tentativa de

destruição completa por parte do atual governo.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), que escapou à sanha bolsonarista, destaca-se pela atuação durante os períodos mais críticos da pandemia de Covid-19. Suas intervenções, articuladas com outras instâncias de formulação política, ajudaram a colocar em prática medidas como o orçamento extraordinário para o enfrentamento da crise sanitária.

A provisão orçamentária para a saúde contornou a redução de gastos imposta pelo teto de gastos – aprovado pelo Congresso ainda no governo Temer, que engessa por 20 anos os investimentos sociais – e pela indiferença do governo Bolsonaro. Sem isso, a crise e o número de 670 mil mortos

teriam sido maiores.

Por resolução do CNS, foi criada também a Câmara Técnica para Acompanhamento da Covid-19, com participação de representantes de usuários e de trabalhadores e trabalhadoras do sistema de saúde, de especialistas da Fiocruz, da Anvisa e da Organização Panamericana de Saúde. A câmara inclui ainda representantes das secretarias de saúde municipais e estaduais e de empresas privadas de prestação de serviços na área.

O grupo funciona como uma espécie de bunker antinegacionismo. De lá, saíram 30 resoluções e 80 recomendações que auxiliaram estados e municípios a adotar ações que combinam respaldo científico e pragmatismo administrativo. A câmara foi antídoto

para a falta de coordenação que marcou a gestão do Ministério da Saúde, cuja estrutura administrativa abraça o CNS.

Aí reside uma das forças de atuação de parte dos conselhos. Poder encaminhar medidas capazes de contrariar a linha político-ideológica de determinado governo quando isso se fizer necessário. A pandemia de Covid-19 explicitou esse papel e demonstrou sua importância, para além de preferências partidárias.

Tal poder também explica em grande medida porque Bolsonaro decidiu esvaziar e tirar os conselhos e fóruns de cena. Muitos dos colegiados que existiam antes do Golpe de 2016 – 446, segundo estimativa – foram extintos. O Decreto 9759, de abril de 2019, pretendia acabar com todos.

Só não teve êxito completo porque posteriormente o Supremo Tribunal Federal decidiu que os espaços de participação popular que haviam sido criados por lei específica não podiam ser extintos por decreto. O STF julgou ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo PT.

Além do CNS, outros permanecem, mas alguns enfraquecidos ou inertes. O arcabouço legal que estrutura os conselhos é uma diferença importante entre os que resistem ativos e os demais. O Conselho Nacional de Saúde foi criado por lei em 1937. De lá pra cá, de simples órgão consultivo, tornou-se órgão deliberativo, com poder de elaborar resoluções que funcionam como normas.

Os integrantes do CNS são eleitos, e não nomeados, o que lhes confere dose importante de autonomia e prevenção a exonerações arbitrárias. E o órgão é dotado de corpo técnico de assessoria e orçamento próprio.

No entanto, o aspecto mais decisivo é a penetração política do conselho ou do fórum junto à comunidade que atua no segmento.

Isso depende da pluralidade de representação e, especialmente, da decisão dos participantes e das organizações que representam de defender o colegiado como espaço privilegiado de disputa e formulação. No caso do CNS, a existência de sólidos consensos em torno do Sistema Único de Saúde (SUS) ajuda bastante. Esses são fatores destacados pelo estudo “Desinstitucionalização e Resiliência dos Conselhos no governo Bolsonaro”, produzido por quarteto de pesquisadores ligados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e à Universidade de Brasília (UnB).

Ao contrário do que pode parecer quando se observa a conjuntura a distância, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) é apontado pelo estudo como um exemplo de instância participativa resiliente ao desmonte bolsonarista. Mesmo vulnerável a intervenções, o CNDH vem desafiando o governo, amparado, justamente, na participação social.

Uma das maiores fragilidades institucionais vem do fato de a Presidência do CNDH ser ocupada por titular do ministério. Damares Alves foi presidenta do conselho até se licenciar do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para concorrer às eleições deste ano. Mesmo assim, nesse período, a ação política dos conselheiros, com o apoio de organizações e movimentos sociais, conseguiu barrar a indicação de um extremista de direita para o cargo de procurador do CNDH.

Articulado com o Conselho Nacional de Saúde, o CNDH produziu ainda relatório em que denunciou os abusos cometidos pelo governo federal contra os direitos humanos durante a pandemia de covid-19. Esse relatório foi apresentado diante da comunidade internacional, na 48ª Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em outubro.

Tais ações driblaram a estratégia do governo Bolsonaro, que enfraqueceu a participação popular na área de direitos humanos com a desativação de outros colegiados que atuavam em segmentos específicos, como a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Sim, no país em que uma juíza tenta impedir menina de 11 anos de interromper gravidez causada por estupro, essa comissão foi extinta.

Quando não desativado, um colegiado pode perder sua função a partir de ingerência política. Foi o caso do Conselho Nacional de Educação, atacado antes mesmo de o pesadelo bolsonarista se concretizar. Uma das primeiras medidas de Michel Temer, após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, foi revogar 12 conselheiros nomeados por ela e, na sequência, nomear outros, todos alinhados a um conceito privatizante da educação. “Desde então, o conselho se apequenou, virou um órgão de governo e deixou de desempenhar papel de órgão de Estado”, comenta Luiz Dourado, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e ex-conselheiro entre 2012 e 2016.

Neste caso, a importância da participação social se demonstrou pela ausência. Na avaliação de Dourado, o atual conselho não formulou diretrizes para um plano educacional que enfrentasse a pandemia de covid-19 e minimizasse os prejuízos sofridos por alunos e educadores.

Sem falar no controverso currículo do chamado Novo Ensino Médio, em vigor graças à concordância dos atuais conselheiros do CNE e ausência de debate público. Outro caso significativo de ingerência se deu no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), ocupado por alinhados à política de devastação. •

POR UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

No seminário Diálogos pelo Brasil, Marilena Chauí diz que a democracia brasileira está sob ataque e precisa ser reconstruída. Para a filósofa, uma sociedade democrática tem capacidade de aperfeiçoar direitos estabelecidos e de criar novos

A democracia brasileira vive uma crise sem precedentes e precisa ser reconstruída para ser fortalecida. A avaliação é da filósofa Marilena Chauí, professora aposentada da USP, e guiou sua participação no primeiro programa Diálogos pelo Brasil, que promove uma série de debates sobre questões estratégicas para o futuro do Brasil.

As conversas são transmitidas pela página da plataforma digital do programa de governo Vamos Juntos Pelo Brasil, da chapa Lula-Alckmin. A ideia é colaborar para que o público tenha subsídios e possa formular novas propostas e também compreender melhor o que já foi apresentado nas diretrizes do programa de governo.

Marilena Chauí tratou da reconstrução da democracia no Brasil. A intelectual apresentou uma análise diferenciando o regime democrático e a sociedade democrática. O primeiro é “uma visão empobrecida e classe dominante do que é democracia”. “Ao contrário do que a mídia e o liberalismo propalam, democracia não é o regime do consenso. É, na verdade, o regime do trabalho dos conflitos e sobre os conflitos”, destacou.

Segundo a professora, a ideia que tais setores constroem sobre democracia é utilizada como ferra-



“AO CONTRÁRIO DO QUE A MÍDIA E O LIBERALISMO PROPALAM, DEMOCRACIA NÃO É O REGIME DO CONSENSO. É, NA VERDADE, O REGIME DO TRABALHO DOS CONFLITOS E SOBRE OS CONFLITOS”

MARILENA CHAUI

menta para a manutenção do poder das classes dominantes. Já a sociedade democrática tem como característica principal a possibilidade de criação de direitos.

Esse sistema sociopolítico respeita e garante os direitos estabelecidos, não os revoga através de políticas retrógradas. No entanto, a sociedade democrática ainda tem a capacidade de aperfeiçoar os direitos estabelecidos e de criar novos direitos

que surgem como necessários, exatamente, a partir dos conflitos existentes numa sociedade de classes e desigual.

Assim, seriam resolvidas carências e os privilégios poderiam ser abolidos. A base dessa sociedade é o entendimento de que “todos são livres porque ninguém está submetido a um outro”. Marilena Chauí lembrou que, ao mesmo tempo, todos continuam submetidos às autori-

dades e às leis e têm a certeza de que as questões e demandas serão discutidas publicamente. Por isso, uma característica fundamental da sociedade democrática é considerar o conflito como algo “necessário, legítimo e que busca uma série de mediações institucionais e sociais para que os conflitos possam se resolver”.

Aloizio Mercadante, presidente da Fundação Perseu Abramo e coordenador do plano de governo, questionou qual deve ser a agenda para colocar em prática a reconstrução do país, enfrentando a lógica neoliberal que está ocupando o governo e que se instalou em diferentes grupos da sociedade brasileira.

“É hora de recompôr o Estado forte, recuperar as políticas sociais, criar mecanismos de participação e de consulta”, disse. O ex-ministro ainda ressaltou a necessidade de repactuar os direitos trabalhistas e de construir um sistema de negociação coletiva que incorpore a multidão que hoje trabalha de forma “uberizada”.

Marilena apontou a necessidade de “quebrar o individualismo alucinado” e afirmou que os protagonistas dessa mudança devem ser os trabalhadores. Para isso, defende uma transformação na estrutura das organizações sindicais para que as necessidades da atualidade tenham espaço. Ela ainda aponta os movimentos sociais como protagonistas da reconstrução já que têm a capacidade de reunião e de gerar percepção sobre os direitos perdidos.

A plataforma Juntos pelo Brasil está aberta para receber propostas de qualquer pessoa. Basta acessar o link programajuntospe-lobrasil.com.br e clicar em “participar”. As diretrizes já apresentadas pela coligação Vamos Juntos pelo Brasil também estão disponíveis para download. •

SOBERANIA ENERGÉTICA

Desmonte da Petrobrás prejudica a economia nacional e precisa ser revisto antes que seja tarde demais, apontam especialistas em seminário setorial

A estratégia empresarial da Petrobrás, que hoje prioriza lucro e dividendos em curto prazo, deve sofrer mudanças e reorganizar a sua relação com o setor privado, principalmente nos segmentos nos quais a saída da estatal aumentou a fragilidade do parque produtivo nacional.

Esta é a avaliação do ex-presidente da Petrobrás José Sérgio Gabrielli, exposta no seminário Diálogos pelo Brasil, na quarta-feira, 29, sobre o setor de petróleo e gás, com as participações ainda de José Maria Rangel, Magda Chambriard e Rodrigo Leão.

“O atual governo renunciou ao uso de instrumentos importantes no combate à inflação, a começar pela política de preços de combustíveis, além do abandono de políticas setoriais indutoras do aumento da produção de bens críticos”, apontou Gabrielli. “Em contrapartida, implementa uma política de juros altos, que freia a recuperação econômica e agrava o desemprego, mas com pouco impacto na inflação, gerada basicamente por choque de custos”.

Magda Chambriard fez uma avaliação sobre gás natural e regulação brasileira. Para ela, o importante é lembrar que abastecimento é questão de segurança nacional. “Temos que ter uma estatal apta a trabalhar e oferecer resultados, com transparência e sintonia com os interesses nacionais”, destacou.

Ela observou que o Brasil já produz o suficiente desde 2015, mas como não tem mais estrutura na distribuição, acaba comprando gás importado. “Associar demanda de gás a consumos tér-

micos mais inflexíveis são essenciais para que a gente possa fazer melhor uso do nosso gás e gerar emprego e renda no país”, disse. “A redução de importações tem a ver com mudança na paridade do preço internacional”.

Para Chambriard, a Petrobrás precisa fazer o que a indústria privada não quer fazer. “Ela não pode deixar de prestar atenção às necessidades do país. A empresa tem que contribuir com a expansão de infraestrutura. Nesse momento, nossa carência estrutural é muito grande para atrair interesse privado”, explicou.

Coordenador do setorial do PT de energia e recursos nacionais, José Maria Rangel iniciou sua participação questionando a atual política de preços. “A desculpa usada era aumentar o parque de refino, mas isso tem trazido prejuízo para a sociedade, proporcionado aos acionistas lucros absurdos”, destacou. Ele defendeu que as futuras decisões passem por referendos nacionais.

Professor da UFRJ e diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos sobre o Petróleo, Rodrigo Leão voltou a apontar afronta à soberania nacional, defendendo energia limpa e a construção de uma nova matriz energética.

“Estamos sofrendo as consequências da conjuntura internacional e das políticas atuais do Brasil, que reforçaram a estratégia que faz a sociedade brasileira pagar muito caro. Todo esse processo fez o país ficar mais dependente. Precisamos resgatar o desenvolvimento a partir da soberania energética”, destacou. •

A “XEPA” DAS REFINARIAS

Às vésperas da crise anunciada do diesel, gestão da Petrobrás insiste em privatizar outra metade do parque de refino

A última semana começou com Jair Bolsonaro afirmando que compraria óleo diesel da Rússia e terminou com o anúncio de que a Petrobrás mais uma vez tentará entregar três refinarias após fracassar em 2021. No “fim de feira” do ministro da Economia, Paulo Guedes, as xepas são as refinarias Abreu e Lima (Rnest-PE), Presidente Getúlio Vargas (Repar-PR) e Alberto Pasqualini (Refap-RS), além dos ativos logísticos integrados.

Entre as duas notícias, o Conselho de Administração da Petrobrás confirmou a nomeação de Caio Paes de Andrade para a Presidência da estatal. Ele é formado em Comunicação Social. A medida será contestada judicialmente pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Associação dos Acionistas Minoritários (Anapetro), por absoluta falta de qualificação de Caio Andrade para o cargo, a não ser a proximidade com Guedes, de quem foi secretário de Desburocratização.

O anúncio da gestão bolsonarista da Petrobrás – seja qual for o presidente – faz parte da intensa ofensiva privatista desencadeada por Paulo Guedes em maio. Após emplacar no Ministério das Minas e Energia o primeiro responsável por sua catastrófica política econômica, Adolfo Sachsida, e criminosamente entregar o controle da Eletrobrás na Bolsa de Valores, o Posto Ipiranga corre para liquidar o que puder até o fim do ano.

“Vamos privatizar a Petrobrás, fazer vários acordos comerciais. Vamos fazer bem mais do que te-

mos feito até agora”, disse Guedes em encontro no Fórum Econômico Mundial, no início de junho. Semanas antes, ele criou a Secretaria de Desestatização e Desinvestimento (SDD), para acelerar a nova privatária.

A rapinagem cada vez mais explícita de Bolsonaro foi alvo de ataques nas redes sociais. “A gente precisando refinar o petróleo aqui pra parar de importar combustível dolarizado e o que o governo Bolsonaro faz? Retoma a venda de três refinarias, entre elas a do Paraná. É um entreguismo burro e criminoso que essa gente pratica”, atacou a presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PT).

Em maio, o Brasil importou 1,42 milhão de m³ de óleo diesel, volume inédito para o mês. Considerando os primeiros cinco meses do ano, as importações já superam a marca dos 6 milhões de m³ – ou 19,2% a mais que no mesmo período do ano passado. O volume de importação em cinco meses é o maior da série histórica, superando os 5,56 milhões de m³ registrados em 2018.

Para evitar a escassez de diesel a partir de agosto, as principais distribuidoras de combustíveis do país aumentaram em mais de dez vezes o número de licenças de importação. Entre produção local e importação, a Petrobrás forneceu 81% do diesel do país nos quatro primeiros meses do ano, percentual inferior ao fornecido pela estatal em 2019 (85,12%) – resultado da dilapidação do parque de refino.

A partir de um duvidoso Termo de Compromisso de Cessação

(TCC) acertado em julho de 2019 com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o plano de “desinvestimento” em refino da Petrobrás prevê a entrega de oito de suas 13 refinarias – sendo que quatro já foram negociadas. Em nome da “livre concorrência”, o acordo repassará para o setor privado 50% da capacidade de refino nacional.

Na terça-feira, 28, em audiência na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, o coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, ressaltou a importância das refinarias na regulação e abastecimento em um mercado como o brasileiro, o 9º maior consumidor de combustíveis do mundo.

“Se essas refinarias são privatizadas e os mercados são monopolizados pelo setor privado, nós teremos uma minimização de custos e uma maximização de lucros a partir do Preço de Paridade e Importação (PPI)”, argumenta. “Não terá como a União, nem mesmo o Congresso, trazer uma proposta de regulamentação ou de criação de uma política alternativa ao PPI.”

O coordenador da FUP lembrou o caso da primeira refinaria privatizada por Bolsonaro – a Landulpho Alves (Rlam), na Bahia. Em menos de dois meses, a nova dona, Acelen, anunciou quatro reajustes da gasolina e do diesel, e hoje pratica preços mais altos que a Petrobrás. Avaliada em US\$ 3 bilhões, a Rlam foi vendida por US\$ 1,8 bilhão para o fundo de investimentos Mubadala, dos Emirados Árabes. •



Adriano Machado/Reuters

CONVULSÃO Manifestante toma as ruas de Quito, em protesto contra o governo por conta do preço dos combustíveis

UM ACORDO PARA O EQUADOR

Associações indígenas que lideraram protestos arrancam do governo equatoriano acordo que reduz o preço dos combustíveis. O presidente Guillermo Lasso consegue escapar do impeachment

O governo do Equador e o principal grupo indígena do país chegaram a um acordo na quinta-feira, 30, para encerrar 18 dias de greves que paralisaram o país. Pelo menos quatro pessoas morreram durante os confrontos. O presidente Guillermo Lasso conseguiu evitar o impeachment e acordou a redução do preço do combustível e outras concessões. O acordo foi assinado pelo ministro de governo, Francisco Jiménez, o líder indígena Leonidas Iza e o chefe da Conferência Episcopal, monsenhor Luis Cabrera, que atuou como mediador.

O acordo estabelece que os preços da gasolina diminuirão 15 centavos para US\$ 2,40 por galão e os preços do diesel também

cairão na mesma quantia, de US\$ 1,90 por galão para US\$ 1,75. O governo concederá US\$ 340 milhões por ano em subsídios para baixar os preços dos combustíveis. O acordo também estabelece limites para a expansão das áreas de exploração de petróleo e proíbe a atividade de mineração em áreas protegidas, parques nacionais e fontes de água.

O governo tem agora 90 dias para entregar soluções às demandas dos grupos indígenas. "A paz social só poderá ser alcançada, espero que em breve, através do diálogo com atenção especial às comunidades marginalizadas, mas sempre respeitando os direitos de todos", disse o líder religioso. Ele alerta que, "se as políticas estatais não resolverem o problema dos

pobres, então o povo se levantará".

O governo fez concessões e recuou ainda na repressão e admitiu que a situação é delicada. "Sabemos que temos um país com muitas divisões, muitos problemas, com injustiças não resolvidas, com importantes setores da população ainda marginalizados", disse Jiménez.

Os dois lados iniciaram negociações na segunda-feira e um acordo parecia estar ao alcance até que um ataque supostamente realizado por indígenas contra um comboio de combustível matou um oficial militar e deixou outros 12 feridos, levando o governo a abandonar as negociações. As autoridades atribuíram diretamente quatro mortes à greve de 18 dias.

A Confederação das Naciona-

lidades Indígenas havia lançado uma greve nacional por tempo indeterminado em 13 de junho, exigindo a redução do preço do combustível e aumento do orçamento de saúde e educação, além de controles de preços de certos bens, entre outras demandas.

Em meio à crescente escassez de alimentos e combustível e milhões em perdas para agricultores e líderes empresariais, os dois lados concordaram em iniciar negociações.

Os protestos foram caracterizados por bloqueios rigorosos nas estradas que impediram o transporte de alimentos, combustível e até ambulâncias. Como resultado, houve um forte aumento no preço dos alimentos que conseguiram chegar às cidades, principalmente no norte andino, uma das áreas mais afetadas pela greve.

O Equador tem um histórico de destituição de governantes em meio a mobilizações lideradas pelos indígenas —três presidentes foram retirados do cargo de 1997 a 2005 em movimentos semelhantes. As manifestações ajudaram a desidratar a gestão do antecessor de Lasso, Lenín Moreno. Milhares de indígenas foram às ruas, também devido ao preço do combustível, e o forçaram a recuar em vários pontos. A situação foi agravada na pandemia, e ele nem sequer buscou a reeleição. •



CRISE SEM FIM O presidente Guilherme Lasso teve de ceder à pressão dos movimentos indígenas

Manuel Balce Ceneta/AP



CONSPIRAÇÃO Investigação do comitê da Câmara dos Deputados dos EUA sobre invasão do Congresso em 6 de janeiro tem depoimento bomba...

ENROLADO COM A LEI, TRUMP PODE SER PRESO

Em audiência no comitê que investiga o ataque ao Capitólio em 2021, ex-assessora da Casa Branca mostrou como o ex-presidente atuou de maneira criminosa para promover um golpe e ameaçar Biden

A situação de Donald Trump vai se complicando, à medida que avança o comitê da Câmara dos Deputados dos EUA, que investiga o ataque de 6 de Janeiro de 2021 ao Capitólio. Na terça-feira, 28, a ex-assessora Cassidy Hutchinson, braço-direito do chefe de gabinete de Trump, Mark Meadows, fez revelações impressionantes sobre a conduta do ex-presidente no exercício do poder. Ela mostrou como ele colocou em risco as instituições americanas e a própria democracia.

Cassidy colocou Trump numa situação delicada e ele corre o risco de ser preso. Seu depoimento teve o efeito de acuar Donald Trump, colocando-o sob a suspei-

ta de encabeçar uma conspiração sediciosa. O Capitólio foi desfigurado por “uma mentira”, declarou Cassidy Hutchinson. Perante o comitê, a ex-assessora de 26 anos revelou que Trump tentou estrangular seu agente do serviço secreto e pulou para o volante quando lhe disseram que não seria levado ao Capitólio para se juntar aos manifestantes, que protestavam contra a vitória de Joe Biden, e queriam impedir o sucessor de assumir o cargo.

Cassidy confirmou que Trump declarou que Mike Pence “merecia” ser enforcado por sua recusa em derrubar a eleição de Biden. Mas tem muito mais. Ela indicou que o ex-presidente e seu círculo íntimo, que incluía o advo-



...da ex-assessora Cassidy Hutchinson. Ela revelou que Trump se conspirou contra a democracia para que seus apoiadores atacassem eleição de Biden

gado pessoal Rudy Giuliani – ex-prefeito de Nova York – esperavam que a invasão do Capitólio se tornasse violenta e pouco fizeram para contê-la.

A ex-assessora descreveu como Trump exigiu que o Serviço Secreto permitisse que seus apoiadores, empunhando armas, entrassem na Elipse para fazer seu comício parecer mais frequentado. “Eles não estão aqui para me machucar”, disse Trump ao descartar as preocupações de segurança, segundo o depoimento dela.

Embora seja jovem, a assessora de 21 anos trabalhou antes de ir para a Casa Branca com o senador Ted Cruz, uma das estrelas do Partido Republicano. E seu depoimento tornou-se uma bomba. Ela colocou Trump, Rudy Giuliani e Roger Stone, um dos principais assessores republicanos do então presidente, exatamente no centro da trama naquela semana que antecedeu a insurreição. Além disso, deixou claro que a ameaça de violência era grande nos dias e momentos antes da invasão do Capitólio. Cassidy foi interrogada por cerca de duas horas pela vice-presidente do comitê, a deputa-

da republicana Liz Cheney.

“Nos dias anteriores a 2 de janeiro, eu estava apreensiva sobre o dia 6. Eu tinha ouvido planos gerais para um comício. Eu tinha ouvido movimentos hesitantes para potencialmente ir ao Capitólio. Mas ao ouvir a opinião de Rudy [Giuliani] sobre 6 de janeiro e depois a resposta de Mark [Meadows], aquela noite foi o primeiro momento em que me lembro de sentir medo e nervosismo pelo que poderia acontecer em 6 de janeiro. E eu tinha uma preocupação mais profunda com o que estava acontecendo com os aspectos de planejamento disso”, disse a ex-assessora.

Trump condenou Hutchinson na terça-feira no Truth Social, sua rede de mídia social, como “totalmente falsa” e “vazadora”. Ele disse que mal a conhecia. No Twitter, Cassidy Hutchinson foi comparada a John Dean, ex-assessor da Casa Branca do presidente Richard Nixon, cujo depoimento em audiência pública provou ser fundamental para descrever o papel do presidente no acobertamento de Watergate, o escândalo que o levou a renunciar à Casa Branca. •

LAVROV: UMA NOVA 'CORTINA DE FERRO' DIVIDE O MUNDO

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, disse na quinta-feira, 30, que uma nova “cortina de ferro” estava descendo entre a Rússia e o Ocidente. A decisão de Moscou de invadir a Ucrânia em fevereiro desencadeou uma revisão das políticas de defesa e segurança da Europa, levou à histórica expansão nórdica da OTAN com a adesão da Suécia e da Finlândia. A Rússia viu a imposição de severas sanções a bens e serviços russos e assiste a endurecimento do sentimento anti-russo em todo o continente.

Falando em uma conferência de imprensa na Bielorrússia na quinta-feira, o ministro das Relações Exteriores da Rússia disse que o “processo começou” para o fechamento de uma nova cortina de ferro entre Moscou e os vizinhos ocidentais. “No que diz respeito a uma cortina de ferro, ela já está praticamente pronta”, disse Lavrov. “Deixe-os se comportarem com cuidado”.

Lavrov acrescentou que Moscou não mantém relações com a União Europeia desde 2014, quando Moscou anexou a península da Crimeia da Ucrânia. O ministro das Relações Exteriores também disse que Moscou não confiaria em Washington e Bruxelas “a partir de agora”. “A União Europeia não está interessada em entender nossos interesses”, acrescentou. “Está interessada no que foi decidido em Bruxelas. E o que foi decidido em Washington foi decidido em Bruxelas”. •



Reprodução

CENAS DA **DISTOPIA** CONTEMPORÂNEA

No Brasil, o debate sobre o aborto legal sofre tentativa de interdição e criminalização inéditas em audiência pública promovida pelo Ministério da Saúde em que aberrações científicas e jurídicas foram proferidas de cara limpa. Nos EUA, decisão da Suprema Corte revoga direito que vigorou durante quase 50 anos e deixa aos estados a responsabilidade de legislar sobre o tema. As guinadas conservadoras em torno do direito à interrupção da gravidez são apenas a ponta do iceberg de onda conservadora que pretende limitar direitos humanos das mulheres e impedir que políticas públicas mais humanizadas e que contemplem a diversidade da sociedade sejam implementadas

Bia Abramo

Tornou-se quase um clichê comparar a tratoragem do conservadorismo no que diz respeito aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres ao romance de Margaret Atwood, “O Conto da Aia”. Escrito em 1985, o romance antecipatório da escritora canadense imagina uma sociedade alguns anos no futuro dominada por uma teocracia, na qual mulheres jovens, férteis e pobres (as aias) são submetidas a estupro regular e ritualizado para servir de barriga de aluguel para mulheres de elite que não podem ter filhos – um desastre ecológico-biológico teria causado uma epidemia de infertilidade.

O livro de Atwood, que circulou por anos sobretudo entre leitoras mulheres e feministas, ganhou um público mais ampliado e entusiasmado quando virou série de plataforma de streaming mais de 30 anos depois – estreou em 2017 – e não apenas pela qualidade da versão ou pela atuação brilhante da atriz Elisabeth Moss como Offred/June. Gilead, o pedaço nordeste dos EUA em que se passa a história, estava perigosamente mais próximo da vida cotidiana nos anos 10 do século 21 do que nos anos 1980 do século 20 no mundo ocidental, com as guinadas direitistas nas Américas e na Europa.

Nessas últimas duas semanas, o Brasil teve seu momento de Gilead concentrado, que culminou com uma audiência pública no Ministério da Saúde. Com o objetivo de debater um documento publicado no início de junho – “Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento” – a audiência pública acabou por revelar como a chamada “agenda dos costumes” da direita brasileira pretende perseguir e criminalizar todo e qualquer

Reprodução/Facebook



VÍTIMA DA MÍDIA A atriz Klara Castanho foi submetida à situação de abuso completo pelo jornalista Léo Dias e a influencer Antonia Fontenelle

avanço aos direitos duramente conquistados por movimentos feministas, LGBTQIA+ e etc.

O tema do aborto ganhou ainda mais volume de atenção pública e midiática nas semanas que antecederam a audiência da última terça-feira, 28, por conta de duas histórias muito emblemáticas de gravidez indesejada e violência sexual.

Em 20 de junho, o país leu estarecido a denúncia das jornalistas Paula Guimarães, Bruna de Lara e Tatiana Dias – do Portal Catarinas e publicadas no The Intercept – sobre a conduta agressiva e anti-ética da juíza Joana Zimmer. Ela coagiu uma criança então com 11 anos a “aguentar mais um pouquinho” uma gestação de risco decorrente de estupro.

Nos áudios aos quais a reportagem teve acesso, é perceptível a atuação tanto da juíza quanto de uma procuradora, desrespeitando a decisão da menina e da mãe pelo abortamento. Diante dos silêncios e negativas da menina, a juíza apela para chantagem emocional – “você já escolheu o nome do bebezinho?” –, quando não para a intimidação dura, quando descreve em detalhes os procedimentos físicos. Como se não bas-

tasse a pressão sobre a menina, uma manobra jurídica afastou a menina da mãe.

Nem bem esse escândalo tinha arrefecido, com a juíza afastada e investigada pelo MP, e o Brasil descobre, estarecido, a história de Klara Castanho, uma jovem atriz de 21 que teve a vida devassada por um jornalista de celebridades, Léo Dias, e pela influencer e candidata a deputada pelo Republicanos Antônia Fontenelle.

Na pior tradição da imprensa marrom, Fontenelle deu a dica e Dias, colunista do portal Metrôpoles, expôs o caso da atriz. No diapasão do escândalo e da maledicência, Klara foi acusada de “abandono de incapaz”, por ter levado uma gestação decorrente por estupro a termo e dado o bebê para adoção.

Diante das notas indignadas e contrariando sua vontade de manter a história sob sigilo, o que é a praxe nesse tipo de adoção, Klara publicou uma carta aberta em suas redes sociais, na qual conta sua versão e, ainda, relata que também sofreu agressões e intimidação no hospital privado por parte de equipe médica, mesmo sendo vítima de violência anterior.



Reprodução/AMC

FUNDAMENTALISTA A juíza Joana Ribeiro Zimmer, de Santa Catarina, coagiu criança de 11 anos a segurar gestação decorrente de estupro

CONDENADAS A PRIORI

A repercussão de ambos os casos inflamou, mais uma vez neste ano, o debate sobre o aborto. Com todas as diferenças circunstanciais e sociais que separam a atriz carioca e a menina catarinense, ambas escancararam o fato de que a culpabilização e a revitimização da vítima ainda são a regra para as mulheres.

É como se, para o pensamento conservador de tintas religiosas e enorme carga moralista, não pudesse haver uma gravidez indesejada por nenhum motivo. Mais ainda: uma vez que ocorra a gravidez, haveria como um protocolo pré-estabelecido das atitudes consideradas adequadas, no qual a última pessoa a ser ouvida é a mulher que carrega o feto em seu corpo.

A vítima de estupro sofre pelo menos uma dupla violência; a do estupro em si e à qual se adiciona reviver várias vezes a situação do estupro no momento da denúncia, quando esta ocorre, e, sobretudo, ter sua palavra desacreditada ou motivo de desconfiança. Se a vítima fica grávida, o périplo médico e jurídico para conseguir um aborto legal, nos casos já previstos por lei – estupro, risco de vida da

mãe e anencefalia –, transforma-se numa via crúcis de situações nas quais, mais uma vez, a menina ou a mulher tem de se haver, muitas vezes sozinhas, com suas decisões e dores. E, como mostrou o caso de Klara, mesmo se a vítima do estupro escolhe ou é convencida a não fazer aborto, as convicções morais e ou religiosas dos profissionais que lidam com a situação geram outros tipos de agressão.

O que os movimentos sociais reivindicam são mudanças na legislação e nos procedimentos para uma conduta mais humana, advinda do reconhecimento de que a escolha da mulher ou de sua responsável legal – no caso de menores de idade – seja considerada e respeitada por toda a cadeia de profissionais envolvidos. Em segundo lugar, que amplie-se o direito ao aborto para que a maternidade possa ser uma opção consciente e não compulsória.

No Brasil, como no resto do mundo, abortos ilegais hoje em dia são vistos como uma questão de saúde pública, uma vez que, quando falham as tentativas de contracepção ou quando há gravidez não planejada ou desejada, mulheres de todas as idades, classes sociais e em condições sanitárias diversas recorrem a métodos

variados para interrompê-la.

E, claro, dada a desigualdade social no Brasil e os índices de violência sexual, as consequências de abortos feitos de forma caseira, amadora, ou escondida acabam batendo nos sistemas públicos e privados de saúdes, com aumento de mortes e ou comprometimento da saúde reprodutiva de mulheres.

O manual elaborado pelo Ministério da Saúde vai em sentido contrário. Contesta abertamente a noção de que o aborto é uma escolha livre das mulheres, que seja um problema de saúde pública e, no caso de estupro, condiciona os trâmites jurídicos que autorizam o aborto ao controle policial e do aparato do Estado.

Também prioriza-se a criminalização do estuprador, o que parece em tese razoável, mas acabaria acrescentando mais um obstáculo para resolução do problema da vítima, uma vez que uma boa parte dos casos, sobretudo os das vítimas menores de idade, é de parente próximo – pai, irmão, tio, marido da mãe etc. E, claro, a tudo isso se sobreporia ainda outra camada de culpabilização da vítima, pois se a mulher, por medo ou por ter sentimentos contraditórios em relação ao criminoso, não quer ou não consegue denunciá-lo estaria sendo cúmplice do crime.

O manual, recebido com muitas críticas e questionamentos técnicos por estudiosas e ativistas do aborto a ponto de ser chamado de manual antiaborto, também foi apontado como um passo a mais no retrocesso na direção das leis atuais. E, portanto, um entrave sério na direção da descriminalização da interrupção da gravidez e a garantia da realização dos procedimentos médicos de forma segura e sem questionamentos morais ou mais controle policial. Nos últimos anos, países como a Argentina e a Colômbia conseguiram vitórias importantes nesse sentido e, aqui, em eleições presidenciais o tema

volta com força, para o bem e para o mal.

No entanto, a audiência pública foi um banho de água fria para mulheres e feministas. Entre outras coisas, procurou-se demonstrar que, ao contrário do que sustentam diversos especialistas, o aborto não é um problema de saúde pública e que atinge, com mais gravidade, mulheres mais pobres e população negra.

E, ainda, que todo o aborto é um homicídio, uma vez que, a partir da concepção, haveria ali um indivíduo autônomo cuja vida se sobreporia à vida da gestante e que, dados os avanços médicos dos últimos anos que permitem que um feto a partir da 25ª semana de gestação possa sobreviver fora do útero, as políticas públicas devem aterrorizar meninas e mulheres para que “aguentem mais um pouquinho” e garantam a sobrevivência daquele bebê.

Além do discurso apelativo e sentimental – a representante de um movimento pro-vida levou bonecos de fetos em diversos estágios de desenvolvimento –, o circo antiaborto impediu a participação de ONGs feministas pró-descriminalização. Na tentativa de impor uma venda negacionista a evidências científicas, revelou sobretudo a crescente e pervasiva influência de grupos religiosos fundamentalistas católicos e protestantes nas decisões do poder público sobre direitos reprodutivos e sexuais das mulheres.

Para além dos efeitos imediatos, o avanço da agenda regressiva tem intenções eleitorais claras. Com o go-

verno Bolsonaro acuado por escândalos de corrupção, tráfico de influência e vendo seu segundo mandato cada vez mais distante, insistir na pauta de costumes significa insuflar seu eleitorado fixo na lenga-lenga de que “a esquerda” advoga a destruição da família e é constituída de pessoas monstruosas que matam bebês que ainda nem nasceram sem direito à defesa.

Para azar da campanha bolsonarista, o espetáculo armado na terça-feira serviu de pouca coisa. Naquele mesmo dia, Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal, ficou sob os holofotes de um novo e espinhoso escândalo de assédio sexual e moral.

Os relatos estarrecedores de funcionárias da Caixa de episódios agressivos e constrangedores, para dizer o mínimo, eram conhecidos há tempos por figuras-chave do governo, incluindo o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o próprio presidente.

A dupla moral do presidente que preconiza uma coisa naquilo que fala para seus eleitores sobre defesa da família tradicional ficou ainda mais evidente pela demora em demitir e pela recusa em se manifestar publicamente sobre Guimarães, figura de seu círculo de confiança.

Em Gilead, a distopia patriarcal e fundamentalista da escritora canadense, as regras para os homens no poder são outras, incluindo bordéis nos quais todas as restrições estão suspensas. Aqui, estão mais próximos disso do que muitas de nós gostaríamos. •

Mark Peterson/Redux



NOS EUA, O RETROCESSO DA SUPREMA CORTE

O bafafá que acontecia abaixo do Equador teve uma ajudinha dos irmãos do Norte. Em decisão histórica, a Suprema Corte dos Estados Unidos revogou o direito constitucional ao aborto que vigorava desde 1973. Histórica sim, uma vez que derrubar a jurisprudência no caso conhecido como Roe versus Wade foi um passo atrás na legislação americana e mundial, uma vez que inspirou e estimulou diversas decisões semelhantes ao redor do mundo e, por quase 50 anos, garantiu aborto seguro, legal e assistido para as mulheres norte-americanas ou lá residentes.

No entanto, não se pode dizer que tenha pegado o mundo de surpresa porque a pressão conservadora dos chamados grupos pró-vida, que já sempre teve a simpatia de grupos religiosos reacionários e da direita nos EUA, ganhou fôlego sob a catastrófica passagem de Donald Trump pela Presidência dos EUA.

O impacto da decisão da Suprema Corte, que devolve às entidades federativas dos Estados Unidos o direito de legislar sobre o tema, será enorme, dado que nos estados governados por republicanos, mais conservadores, leis restritivas já estavam prontas, aprovadas, só esperando a decisão da Suprema Corte para entrar em vigor ou avançar mais sobre temas como casamento homoafetivo, entre outras.

E, da mesma maneira que a decisão de 1973 abriu um debate que permitiu que mais de 50 países ao redor do mundo também modificassem suas leis relativas à interrupção provocada da gravidez, a vaga conservadora deve se espalhar. Basta ver o açodamento dos conservadores brasileiros em lançar as bases para limitar o direito ao aborto que, em sua maioria, são admiradores do pior que há nos EUA. E aqui se explica pela possibilidade aberta por essa decisão. • **(Bia Abramo)**



Adobe Stock

2022 É O ANO DA ESPERANÇA

Lula foi o primeiro a abrir as portas do Palácio do Planalto para dialogar com os movimentos sociais e criar programas voltados para o reconhecimento dos direitos LGBTQIA+. Diante disso, este não é um ano qualquer. A eleição presidencial exige de nós votarmos com orgulho para derrotar o bolsonarismo e a onda dos conservadores

Janaina Oliveira

Neste ano, o mês do orgulho LGBTQIA+ tem um significado muito maior, não só por ser um ano eleitoral, mais por se tratar de nossas vidas. Quando se tem o Estado brasileiro comandado por um governo antidemocrático, fascista e preconceituoso, reafirmar nossa existência é muito mais que simbólico. É ser resistência diante



de uma série de violações promovida diariamente pelo governo Bolsonaro.

Foi durante os governos de Lula e Dilma que tivemos avanços significativos, frutos de um aspecto central, o da participação social, em que o movimento organizado apontava quais políticas seriam centrais para as vidas das pessoas LGBTQIA+.

Como conquistas, podemos destacar o programa "Brasil sem Homofobia" (2004), o Conselho

Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (2005), a sanção da Lei Maria da Penha (2006), a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT (2008), a criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT (2009), e a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2010). Além de muitas outras.

Em alguns aspectos houve dificuldades durante o governo Dilma, quando a bancada evangélica ganhou maior poder de influência. Essa supervalorização e a falta

de diálogo, acabou por fragilizar um avanço maior em políticas públicas. A ponto daquela bancada deixar de votar ou ser contra importantes projetos para a toda a população, se nossa pauta não fosse retirada.

Não quero aqui atribuir somente os pontos negativos. Tivemos também importantes avanços, mas o governo acabou refém de suas próprias relações, gerando um conflito entre as pautas de direitos humanos versus obscurantismo. Por isso é fundamental que a pauta seja como vista de direitos e cidadania e não de costumes, para que tais erros não se repitam.

Em 2016, quando o golpe veio, a democracia foi comprometida e Dilma, que havia sido eleita de forma legítima, foi deposta de suas funções. Naquele momento, todos os direitos adquiridos por mulheres, negros e negras, LGBTQIA+ e outras parcelas da população passaram a ser atacados.

Iniciava-se os desmontes das políticas públicas ligadas à pauta dos direitos humanos, previdenciário, trabalhista, entre outros. E através de Michel Temer, tivemos o início do desmonte. Houve retrocesso com a retirada das diretrizes curriculares do MEC das questões de diversidade, gênero, direitos sexuais e reprodutivos. Houve a extinção da comissão pro-equidade do Ministério da Saúde, que tratava da política nacional de saúde integral da população LGBTQIA+. Isso sem contar a retirada do processo transexualizador da alta complexibilidade, dentre outras.

Foi a partir de dois aspectos centrais, que Bolsonaro chegou ao governo. O primeiro: as fake news, que levaram os temas de direitos humanos para o campo de costumes. E a outra, o falso debate de combate à corrupção.

No dia de sua posse, Bolsonaro fez questão de demarcar: "Vamos libertar o povo do socialismo e do politicamente correto". E, em 02

de janeiro de 2019, sua primeira ação foi a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, que tinha como objetivo assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, tendo políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão social.

Nisso, o novo governo adotou outras ações: vetou a campanha para LGBT de prevenção ao HIV/Aids, baixou um pacote anticor-

EM TRÊS ANOS E MEIO DE GOVERNO, BOLSONARO PASSOU A DESMONTAR TODA A AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+

rupção que abria precedente para absolver o LGBTicídio e feminicídio. Depois, ordenou que a cúpula do Banco do Brasil abolisse a prevenção ao assédio sexual.

Ainda fez o aumento do investimento em comunidades terapêuticas em detrimento do SUS, tendo como foco a "cura LGBTQIA+". Ainda promoveu o fim do controle e participação social com o decreto de extinção dos conselhos, proibiu propaganda que tivessem LGBTQIA+ e jovens negros e negras em órgãos públicos.

Como se não bastasse, deter-

minou a retirada do incentivo ao turismo LGBT e levou o Itamaraty a orientar diplomatas a frisar que gênero é apenas sexo biológico. Vetou vagas para pessoas Transgêneras na UNILAB e projetos que tivessem recorte LGBTQIA+ pela ANCINE, retirando apoio de filmes com esse recorte.

O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos extinguiu o Comitê de Gênero e de Diversidade, a Caixa Cultural censurou peças e palestras aprovadas em edital público com temática LGBTQIA+. Ainda criou mecanismos de censura para futuros projetos. Bolsonaro determinou ao MEC que criasse o programa "Conta pra mim", responsabilizando os pais pela alfabetização dos filhos como "substituto" ao "kit-gay". E muitas inúmeras propostas.

Sobrevivemos a uma sociedade de que, nos últimos anos, incentiva pessoas a demonstrarem seu ódio e sua repulsa, das formas mais violentas e cruéis a qualquer pessoa que pertença ou seja associada à comunidade LGBTQIA+.

Lula foi o primeiro a abrir as portas do Palácio do Planalto para dialogar com os movimentos sociais e criar programas voltados para o reconhecimento dos direitos LGBTQIA+. O que faz dele o candidato com favoritismo nesse segmento. Seu legado como gestor o gabarita para que possamos voltar a ser um país que defende os direitos humanos e que tem a vida como prioridade.

Lula sempre defendeu os direitos da população LGBTQIA+ por acreditar que o respeito, a inclusão e o amor, são o caminho certo e não a violência e preconceito. Diante de todos esses aspectos, este não é um ano qualquer. Essa eleição exige de nós votarmos com orgulho para derrotar o bolsonarismo e esta onda conservadora. •

* Secretária Nacional LGBT do Partido dos Trabalhadores

Reprodução

3 de julho de 1951

LEI AFONSO ARINOS PUNE RACISMO

A discriminação racial é tornada “contravenção penal” em 3 de julho de 1951, a partir da sanção da lei de autoria de Afonso Arinos de Melo Franco, deputado pela União Democrática Nacional (UDN) de Minas Gerais. A lei foi promulgada pelo presidente Getúlio Vargas proibindo a discriminação racial no Brasil.

Inicialmente, o projeto sofreu forte resistência, até que, meses depois, um caso de racismo de grande repercussão ajudou a formar na sociedade e no Congresso uma opinião majoritária favorável ao projeto. Com a aprovação da lei que levou seu nome, Afonso Arinos completou uma guinada nas suas posições eugenistas, externadas 15 anos antes em seu livro “Conceito de Civilização Brasileira”.

Em seus 37 anos de existência, a Lei Afonso Arinos resultou em poucas punições, porque só tinha efeito se o ato racista ocorresse em espaços públicos. Mesmo com limitações, sua publicação foi saudada por líderes de movimentos negros como um importante avanço na luta antirracista.

O texto foi revogado em 1989 e substituído pela chamada Lei do Racismo, que endureceu as penas e tornou crime o que até então era tipificado como contravenção penal.



1º de julho de 1990

PARTIDOS LATINOS CRIAM FORO DE SÃO PAULO

Entre 1º e 4 de julho de 1990, o seminário promovido pelo Partido dos Trabalhadores e outras organizações de esquerda da América Latina deu origem ao Foro de São Paulo. Com mais de cem entidades filiadas, o foro abrange partidos com diferentes matizes de esquerda, organizações sindicais e sociais, grupos étnicos e movimentos da esquerda religiosa.

No contexto da sua criação, o objetivo era buscar alternativas ao receituário neoliberal que

começava a ser hegemônico no mundo. Naquele mesmo ano havia sido lançado o Consenso de Washington, com receitas econômicas que teriam resultados desastrosos na América Latina nas décadas seguintes.

O fracasso do neoliberalismo na região contribuiu decisivamente para o surgimento, posteriormente, de governos de esquerda e de centro-esquerda na maioria dos países latino-americanos.

Outras datas históricas:

02/07/1823: Independência da Bahia.

05/07/1857: Nasce em Koningshain, na Alemanha, Clara Zetkin, professora, jornalista e política marxista alemã. É uma figura histórica do feminismo.

01/07/1927: Nascimento de Manoel Fiel Filho, metalúrgico e militante do PCB, morto pela ditadura militar em 1976.

07/07/1937: Nasce Giovanni Arrighi, economista político italiano.

07/07/1938: Nasce Thereza Santos, escritora, filósofa, militante do movimento negro, que lutou em defesa do povo negro na diáspora.

07/07/1948: Nascimento de David Capistrano Filho, ex-integrante do Diretório Nacional do PT.

01/07/1960: Independência de Somália, fazendo parte do conjunto de países que conquistaram

Ricardo Stuckert



2 de julho de 2009

GOVERNO LULA ANISTIA IMIGRANTES ILEGAIS

A Lei da Anistia Imigratória foi sancionada pelo presidente Lula em 2 de julho de 2009. O texto determinava a regularização da situação dos estrangeiros que entraram no país até 1º de fevereiro daquele ano.

Simplificando a solicitação de residência provisória, os imigrantes passaram a ter mais facilidade no acesso a políticas públicas e permissão de trabalho. Dessa forma, o governo pretendia combater o tráfico humano e as con-

dições degradantes de trabalho a que eram submetidos migrantes ilegais de baixa renda.

Com a nova lei, mais de 40 mil imigrantes ilegais – originários principalmente de Bolívia, China, Paraguai, Peru e Rússia – regularizaram sua situação até 2010.

A crise mundial de 2008 também intensificaria os fluxos migratórios para o Brasil. O Brasil figuraria, pela primeira vez em 50 anos, como principal destino de europeus imigrantes.

suas independência no continente africano. 1960 ficou conhecido como o "Ano Africano".

05/07/1962: Independência da Argélia após oito anos em guerra contra a França.

05/07/1975: Independência de Cabo Verde, uma das últimas colônias portuguesas no continente africano.

07/07/1978: Criação do Movimento Negro Unificado (MNU),

que aglutinou setores da luta antirracista.

02/07/2003: Governo Lula cria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

06/07/2017: Diretório Nacional do PT aprova resolução que cria Secretaria Nacional LGBT do partido.

07/07/2004: Fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

6 de julho de 2004

MINC CRIA PONTOS DE CULTURA NO PAÍS

Com o objetivo de "promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade", o Ministério da Cultura (MinC) cria no governo Lula o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – "Cultura Viva" – em 6 de julho de 2004.

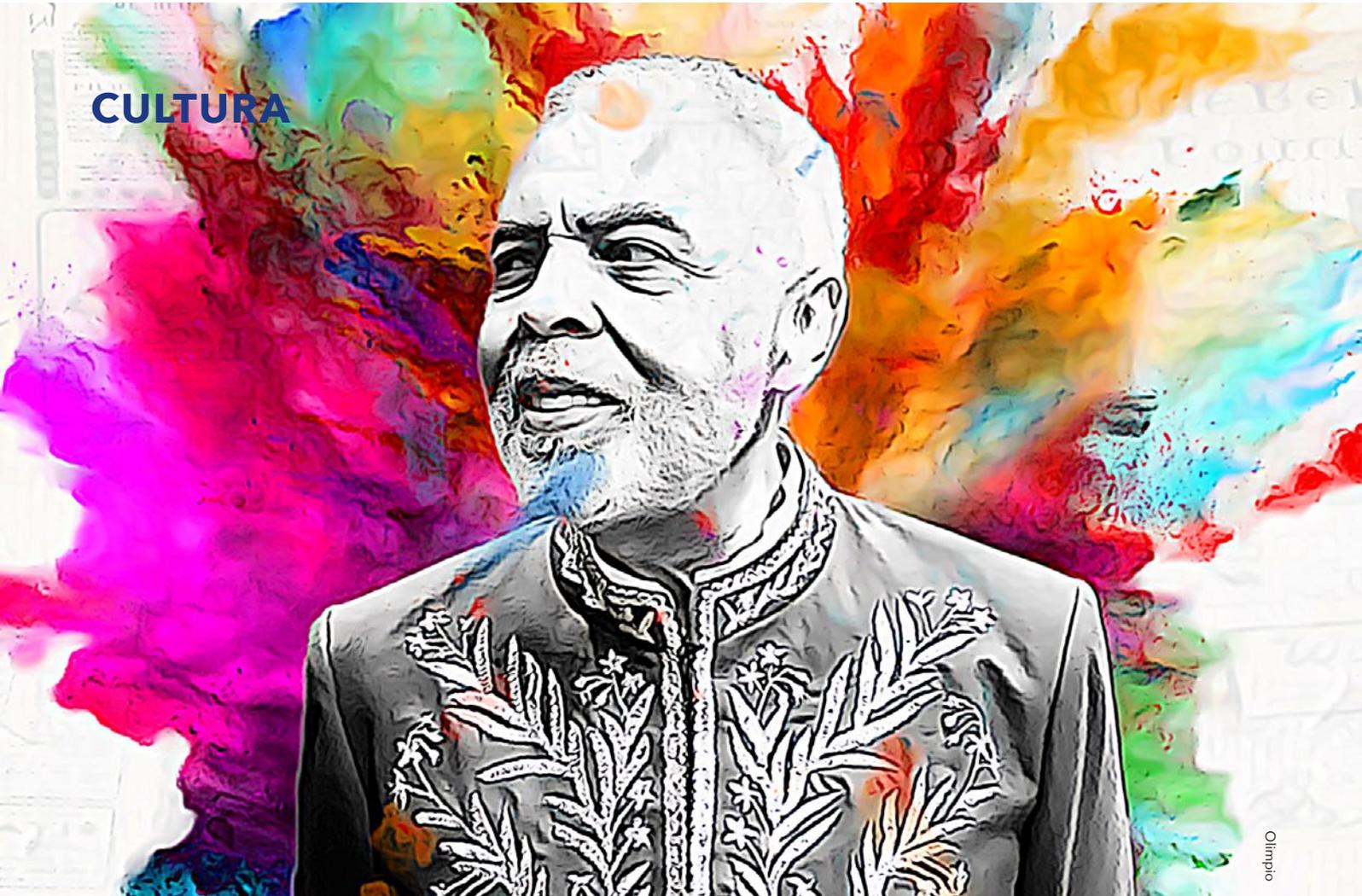
A partir daquele programa, surgiram os Pontos de Cultura – espaços físicos espalhados pelos estados numa rede de disseminação de diversos tipos de manifestações culturais, especialmente na periferia dos grandes centros e no interior.

Até o final de 2010, seriam implantados 3.920 Pontos de Cultura pelo país, com um investimento total de quase R\$ 400 milhões na promoção de atividades culturais e na manutenção dos espaços. Dez anos depois da criação do "Cultura Viva", em julho de 2014, a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei que instituiu legalmente a Política Nacional de Cultura Viva, simplificando e desburocratizando os processos de prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



Olimpio

GIL, UM ESPÍRITO LUMINOSO

O cantor e compositor completou 80 anos de curiosidade e inquietude musicais. Relembre aqui alguns passos de sua trajetória como artista, poeta e agitador das causas da cultura

Bia Abramo

Gilberto Passos Gil Moreira completou 80 anos no domingo, 26 de junho. É apenas uma data, mais um aniversário na vida deste artista superlativo e cidadão das causas da cultura que começa no ano de 1942. Gil puxa a fila da geração da MPB que chega às oito décadas produtiva, inquieta e ainda personagens decisivos na cultura nacional, em talvez aquela que seja uma de suas expressões ao mesmo tempo mais acessíveis e mais interessantes: a música popular.

Em agosto, é a vez de Caeta-

no Veloso, o grande companheiro de Gil na aventura tropicalista, seguido por Milton Nascimento, em outubro, e Paulinho da Viola, em novembro. É um acaso – e também não é – o fato de esses quatro artistas terem despontado na música brasileira mais ou menos no mesmo período. E, ainda que com influências e trajetórias diversas, terem participado dos mesmos movimentos e partilhado de muitas das inquietações musicais e estéticas.

Refiro-me aqui, evidentemente, a determinados momentos-chave do que se convencionou chamar, depois disso tudo acontecido, de música popular brasi-

leira. O primeiro é a mudança de inflexão do samba para a Bossa Nova, no final dos anos 1950.

Não são um nem dois compositores desse período que relatam o impacto de ouvir no rádio a voz pequena, não impostada, do baiano João Gilberto em “Chega de Saudade”. Havia a inovação na maneira de tocar o violão, mais sincopado e percussivo, e a quase ausência de outros instrumentos nos arranjos. Inclusive o jovem Gilberto Gil, à época um estudante que ainda não pensava em virar artista vivendo em Salvador.

A Salvador dos anos 1960 era uma cidade de intensa atividade cultural, ainda pequena o sufi-

ciente para ter preservado tradições culturais populares e que emergiam em festas de largo, no Carnaval e outras datas religiosas ou cívicas. E cosmopolita a ponto de ter uma cena local de intelectuais e artistas do porte do músico Dorival Caymmi, do escritor Jorge Amado e do artista plástico Carybé.

Não é à toa, portanto, que Salvador tenha sido nessa época o polo cultural que produziu dois marcos culturais importantes e fundamentais: a Tropicália e o Cinema Novo. Mas se Salvador reunia as condições estéticas e o ambiente intelectual para a emergência de novas ideias e maneiras de fazer cultura, ainda era no Sudeste que estavam os meios de produção e disseminação, sobretudo para a música popular.

Desde o início de sua carreira, vemos esse Gil sincrético e curioso, procurando as pontes entre o trabalho como administrador em uma grande empresa quando vem para São Paulo e a como compositor, com a influência forte da música do sertão e do litoral, mais as pitadas dos eruditos Hans-Joachim Koellreutter, que dava seminários abertos na UFBA, Rogério Duprat e Júlio Medaglia, os músicos ligados ao grupo concretista em São Paulo.

Na era dos festivais e, depois do lançamento do disco-manifesto Tropicália, emerge um compositor maduro capaz de ao mesmo tempo de identificar no grupo paulistano Mutantes a força jovem do rock'n'roll para se apresentar no festival da Record com "Domingo No Parque". E, em seu disco "tropicalista", de 1968, continuar investigando as possibilidades das canções de protesto à moda tropicalista – "Marginália III", cuja letra em parceria com Capinam, que esteve ligado ao Centros Populares de Cultura, é exemplo de dessa capacidade de síntese tão gilbertiana.

Também foi Gilberto Gil que, apesar de participar da famosa ação de marketing conhecida como a passeata "contra" a guitarra elétrica, que contrapôs o grupo pós-bossanovista aos tropicalistas, Elis contra Nara Leão, melhor compreendeu o que *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band* significava para a música pop mundial.

De perfil mais discreto do que Caetano Veloso, Gil esquivava-se das disputas mais acirradas dos tropicalistas, mas nem por isso era menos ativo e influente. A aventura tropicalista foi interrompida sob o tacão dos milicos, que prenderam Caetano e Gil em janeiro de 1969, depois da decretação do AI-5.

À época, a geração que surgiu nos festivais da canção era o que podia se chamar hoje de pop, transitando pelos meios de comunicação de massa, atraindo a atenção de um público jovem e entusiasmado e, sim, vendendo muitos discos e lotando shows. Maiores que eles, apenas Roberto Carlos, que corria numa paralela mais popular, e os artistas que tinham vindo da Jovem Guarda e seguiam numa trilha mais romântica.

A prisão de Caetano e Gil, no Rio, o período de prisão domiciliar, em Salvador, e exílio em Londres, portanto, causaram enorme comoção e não apenas entre seu público. De certa maneira, era a senha para avisar que o que viria em seguida seria ainda mais duro e terrível. Outros artistas foram presos, perseguidos e torturados. As artes, a cultura e a imprensa eram consideradas subversivas por critérios incompreensíveis e a oposição política ao regime foi calada, presa ou morta.

Na Inglaterra, no entanto, Gil encontra um ambiente multicultural estimulante e se aprofunda nas aproximações com a contracultura. Os discos de Londres, se

têm algo de melancólico e nostálgico, refletem esse clima de pesquisa musical e poética, de contato com a diversidade dos sons dos imigrantes do Caribe, especialmente o reggae, e um mergulho mais vertical na musicalidade do rock.

Talvez por isso. na década de 1970, especialmente a partir de 1972, de enfiada Gilberto Gil produz pelo menos três discos que, se não estão em qualquer ranking decente de melhores da música popular brasileira, deveriam estar: "Expresso 2222", "Refazenda" e "Refavela".

O marco de "Expresso 2222", com suas canções futuristas – "começou a circular o Expresso 2222, que parte direto de Bonsucesso prá depois" – que o ligam simultaneamente ao "Cérebro Eletrônico", de 1969, e ao space rock que estava em voga na Inglaterra, combinadas ao resgate de parceiros como a Banda de Pífanos de Caruaru, em "Pipoca Moderna", e o frevo de Onildo Almeida ("Sai do Sereno") mostra um compositor que amadurece suas influências diversas numa elocução completamente pessoal e inovadora.

Três anos mais tarde, da viagem ao interior real e na busca por uma poética mais calma e reflexiva, ele lança "Refavela". Este é um daqueles raros álbuns que não tem uma – nem uma! – faixa ruim. E tem verdadeiras obras primas, como "Ela", "Pai e Mãe" e, sim, "Refazenda". Além de parcerias-luxo, com Dominginhos e Jorge Mautner ("Lamento Sertanejo" e "O Rouxinol"). E uma versão sublime de Dominginhos e Anastácia – "Tenho Sede".

Com "Refavela", no entanto, Gilberto Gil entra de cabeça em outro lugar, numa África ao mesmo tempo real – o disco é também fruto de uma viagem a Lagos, Nigéria –, imaginária e ancestral.

É bem verdade que “Refavela” vem precedido de uma série de aproximações que Gil já vinha de alguns anos fazendo com o afoxé, dos bloco Filhos de Gandhi em particular, e do “Gil & Jorge – Ogum, Xangô”, um disco-jam que o reuniu com outro mestre do violão percussivo e suingado, Jorge Ben, num estúdio em longos sets de improviso, vocalises e diálogos musicais entre os dois homens negros, celebrando seus orixás do candomblé e da macumba, os batuques ouvidos no terreiro e vastidão da herança africana na músicas. Álbum duplo de apenas 9 faixas, chamar “Gil & Jorge” de um extenso e belo ritual de encontro também seria uma maneira justa de caracterizá-lo.

E aí vem “Refavela”, talvez o maior e mais surpreendente disco de Gil de toda a sua carreira até agora. Se não foi concebido com um álbum-conceito, disfarça bem, pois desde que se ouve a voz de Gil em “Refavela” até quando morre o refrão de “Patuscada de Gandhi”, a sequência das canções conta uma história, a da redescoberta da *“alegoria, alegria e dor/ rico brinquedo de samba enredo/sobre medo, segredo e amor”*, das perguntas que um menino negro (pode) fazer sobre sua origem ocultada pela escravização e que (também pode) chegar ao seu orixá de cabeça: *“O filho perguntou pro pai: “Onde é que tá o meu avô/ O meu avô, onde é que tá?”/ O pai perguntou pro avô: “Onde é que tá meu bisavô/ (...) Tata-ravô, bisavô, avô/Pai Xangô, Aganjú/ Viva egum, babá Alapalá!”*

“Refavela”, além disso, parece, novamente, adicionar à musicalidade já de altíssima potência de Gil outros interesses e campos de pesquisa, fazendo sua música mais ainda negra, global e comunicável pelo que tem de rítmico, percussivo e, sim, dançante. Não à toa, é Gil começa

a se despedir dos anos 1970 numa parceria hippie-discothèque com Rita Lee em “Refestança”, registro de show ao vivo da dupla, e com “Realce” (1979), que reflete a projeção internacional do cantor desse período, sobretudo depois do primeiro convite a participar do Festival de Jazz de Montreux, na Suíça, em 1978. Um lado de hits que perduram até hoje como “Toda Menina Baiana”, “Superhomem - A Canção”, “Tradição” e, claro, “Não Chores Mais”, versão para o reggae de Vincent Ford consagrado na voz de Bob Marley.

Com carreira nacional e internacional de shows e apresentações de vento em popa nos anos 1980, Gil terá discos mais irregulares a partir de “Luar” (1981). Não será o único, no entanto. Tanto a emergência de uma nova geração de músicos e bandas, mais afinadas com as tendências internacionais, como um certo gigantismo dos estúdios e produtores equivocados abalam a capacidade de renovação de toda a geração tropicalista.

Ainda assim, é nesse período que Gil compõe “Drão”, “A Linha e o Linho”, “Tempo Rei”, “Esotérico”, “Extra”, entre outras. É a época de um Gil de extremos, capaz tanto de correr atrás do prejuízo geracional com uma equivocadíssima caricatura do que acontecia no cenário musical de São Paulo com “Punk da Periferia” como de criar um hino simples, clássico e emocionante, como “Andar Com Fé”, que até hoje é garantia de pista cheia e alegria.

O ecletismo real de Gilberto Gil também o fez se aproximar das novas gerações de músicos, especialmente daqueles que estavam fazendo um esforço estético de abraçar as influências de sons surgidos ou colocados em evidência depois do punk britânico, como o ska dos Paralamas do Sucesso, nos anos 1980. Ou,

por outra, internacionalizar ainda mais a tradição, como o mangue beat de Chico Science & Nação Zumbi, nos anos 1990. Quem viu shows conjuntos de Gil e Paralamas, Gil e Chico, não esquece da sintonia fina que se materializava no palco e eletrizava as plateias.

O interesse de Gil nos temas da espiritualidade, que datam da era hippie, vão reaparecer e se renovar pela tecnologia e virtualidade digital nos discos mais espaçados dos anos 1990 – “Parabolicamará”, de 1991, e “Quanta”, de 1997. Dos anos 2000 para cá, Gil parece ter ido reestudar toda sua trajetória, criando projetos mais ou menos temáticos dedicados às raízes sertanejas em “Banda Larga Cordel”, os ritmos mais dançantes baianos e nordestinos “Fé na Festa” e, claro, o samba em “Gilbertos Samba”.

É preciso lembrar também que, neste século 21, Gil retomou uma carreira política que ensaiou no final dos anos 1980, quando foi eleito vereador em Salvador pelo MDB e aceitou ser ministro do primeiro mandato do então presidente Lula, permanecendo até a metade do segundo mandato.

Se Gil não existisse, no plano terreno, seria difícil de inventar um artista tão interessante e carismático como ele. Recentemente eleito para a Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto de sua contribuição artística e intelectual à cultura brasileira, Gil também abriu sua casa e sua intimidade para a realização do documentário-reality show *Em casa com os Gil*, em exibição pela Amazon Prime, o que reconfirma seu talento para jogar em todas as posições, como se quisesse – e, melhor, conseguisse – estar, ao mesmo tempo, no papel do centro-avante, do goleiro e até do juiz no jogo da música e da cultura brasileiras. •



A LUTA CONTRA O FASCISMO

Organização:

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Chico Diaz • Dilma Rousseff •
Fernando Haddad • Frei Betto
• Izabella Teixeira • João Manuel
Cardoso de Mello • Luis Nassif
• Luiz Carlos Bresser-Pereira •
Marilena Chaui • Paulo Betti
• Rogério Cerqueira Leite •
Silvio Almeida • Tereza Cristina

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

[/fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-luta-contr-o-fascismo/](http://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-luta-contr-o-fascismo/)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

BICENTENÁRIO

1822 2022



**DUZENTOS ANOS DE LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

20
anos

Centro
**Sérgio
Buarque
de Holanda**
Documentação e
Memória Política
instituído em 2001